

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM QUATRO SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, EM REGIME DE MELHORES ESFORÇOS, DA AEROPORTOS BRASIL – VIRACOPOS S.A.



JUCESP PROTOCOLO  
0.060.286/14-3

celebrado entre



AEROPORTOS BRASIL – VIRACOPOS S.A.,  
*na qualidade de emissora*

e

PENTÁGONO S.A DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS,  
*na qualidade de agente fiduciário representante da comunhão dos debenturistas,*

21 de janeiro de 2014



## **SUMÁRIO**

<b>CLÁUSULA 1. AUTORIZAÇÃO</b>	6
1.1 Autorização da Emissão pela Emissora	6
1.2 Autorização das Garantias e Fiança concedidas pelas Intervenientes da Emissora	6
<b>CLÁUSULA 2. REQUISITOS</b>	7
2.1 Observância dos Requisitos	7
2.2 Arquivamento e Registro da Ata da AGE da Emissão	7
2.3 Arquivamento e Registro dos Atos Societários das Garantidores	7
2.4 Inscrições e Registros	8
2.5 Dispensa de Registro na CVM e na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais	8
2.6 Registro para Distribuição e Negociação	9
<b>CLÁUSULA 3. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO</b>	9
3.1 Objeto Social da Emissora	9
3.2 Destinação dos Recursos e Enquadramento do Projeto como Prioritário pela Secretaria de Aviação Civil	10
3.3 Número da Emissão	11
3.4 Número de Séries	11
3.5 Valor Total da Emissão	11
3.6 Data de Emissão	11
3.7 Colocação e Procedimento de Distribuição	12
3.8 Banco Liquidante e Escriturador Mandatário	14
<b>CLÁUSULA 4. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES</b>	14
4.1 Valor Nominal Unitário e Atualização Monetária	14
4.2 Quantidade de Debêntures	24
4.3 Forma	24
4.4 Comprovação de Titularidade e Cessão das Debêntures	24
4.5 Espécie	24
4.6 Conversibilidade	24
4.7 Prazo e Forma de Subscrição e Integralização	24
4.8 Prazo e Data de Vencimento	25
4.9 Remuneração das Debêntures	25
4.10 Período de Capitalização; Capitalização de Juros Remuneratórios	29
4.11 Amortização do Valor Nominal Unitário	30
4.12 Garantias	32



4.13	Local de Pagamento.....	37
4.14	Multa e Encargos Moratórios .....	38
4.15	Tratamento Tributário.....	38
4.16	Decadência dos Direitos aos Acréscimos.....	39
4.17	Publicidade.....	39
4.18	Direito ao Recebimento dos Pagamentos.....	39
4.19	Repactuação.....	40
4.20	Aquisição Facultativa.....	40
4.21	Resgate Antecipado.....	40
4.22	Amortização Extraordinária.....	40
4.23	Prorrogação de Prazos.....	40
<b>CLÁUSULA 5. VENCIMENTO ANTECIPADO.....</b>		<b>40</b>
5.1	Eventos de Inadimplemento.....	40
<b>CLÁUSULA 6. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA.....</b>		<b>46</b>
6.1	Descrição das Obrigações Adicionais da Emissora.....	46
<b>CLÁUSULA 7. DECLARAÇÕES E GARANTIAS.....</b>		<b>53</b>
7.1	Declarações e Garantias da Emissora.....	53
7.2	Declarações e Garantias das Fiadoras.....	57
<b>CLÁUSULA 8. AGENTE FIDUCIÁRIO.....</b>		<b>58</b>
8.1	Do Agente Fiduciário.....	58
8.2	Remuneração do Agente Fiduciário.....	59
8.3	Substituição.....	60
8.4	Deveres.....	61
8.5	Despesas.....	64
8.6	Atribuições Específicas.....	65
<b>CLÁUSULA 9. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS.....</b>		<b>67</b>
9.1	Modo de Deliberação.....	67
9.2	Convocação.....	67
9.3	Quórum de Instalação.....	68
9.4	Mesa Diretora.....	68
9.5	Quórum de Deliberação.....	68
<b>CLÁUSULA 10. DISPOSIÇÕES GERAIS.....</b>		<b>69</b>
10.1	Renúncia.....	69
10.2	Custos de Registro.....	70

10.3	Irrevogabilidade.....	70
10.4	Independência das Disposições da Escritura de Emissão.....	70
10.5	Título Executivo Extrajudicial.....	70
10.6	Comunicações.....	70
10.7	Lei Aplicável.....	72
10.8	Eleição de Foro.....	72

\* \* \*

[restante da página deixado intencionalmente em branco]

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM QUATRO SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, EM REGIME DE MELHORES ESFORÇOS, DA AEROPORTOS BRASIL – VIRACOPOS S.A.**

Pelo presente instrumento particular, de um lado,

**AEROPORTOS BRASIL – VIRACOPOS S.A.**, sociedade por ações de capital fechado com sede na Rodovia Santos Dumont, na altura do km 66, s/n, sala 356, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (“CNPJ/MF”) sob o nº 14.522.178/0001-07, neste ato representada na forma do seu estatuto social, por seus representantes legais abaixo assinados (doravante denominada apenas “Emissora” ou “Companhia”);

de outro lado,

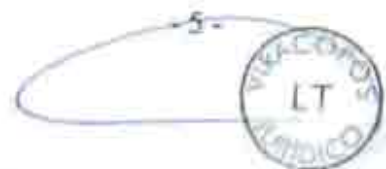
**PENTÁGONO S.A DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4200, Bloco 4, Sala 514, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu estatuto social (doravante denominada apenas “Agente Fiduciário”), aqui agindo na qualidade de representante dos titulares das Debêntures (conforme definido na Cláusula 3.4.2ª seguir);

e, ainda, como intervenientes anuentes,

**TPI – TRIUNFO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.**, sociedade por ações de capital aberto com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Olimpíadas, nº 205, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.014.553/0001-91, neste ato representada na forma do seu estatuto social, por seus representantes legais abaixo assinados (doravante designada simplesmente “TPI”);

**UTC PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações de capital fechado com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Alfredo Egídio de Souza Aranha, nº 384, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.164.892/0001-91, neste ato representada na forma do seu estatuto social, por seus representantes legais abaixo assinados (doravante simplesmente “UTC” e, em conjunto com a TPI, doravante as “Acionistas”);

**AEROPORTOS BRASIL S.A.**, sociedade anônima, com sede em Campinas, Estado de São Paulo, na Rodovia Santos Dumont, km 66, s/n, sala 356, inscrita no CNPJ sob o nº



14.522.206/0001-96 ("ABSA" e, em conjunto com a UTC e a TPI, doravante as "Intervenientes").

Sendo a Emissora, o Agente Fiduciário e as Intervenientes doravante designados em conjunto como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte",

vêm, por esta e na melhor forma de direito, celebrar o presente "*Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com garantia adicional fidejussória a ser Convogada em Espécie com Garantia Real, em Quatro Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, em regime de melhores esforços, da Aeroportos Brasil – Viracopos S.A.*" (a "*Escritura de Emissão*"), conforme as cláusulas e condições descritas abaixo.

## **CLÁUSULA 1. AUTORIZAÇÃO**

### **1.1 Autorização da Emissão pela Emissora**

1.1.1 Esta Escritura de Emissão e a formalização das garantias previstas nas alíneas (iii) e (v) da Cláusula 4.12.1 a seguir são celebradas com base em deliberação tomada em Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Emissora realizada em 13 de dezembro de 2013 ("AGE de 13 de Dezembro"), conforme retificada e ratificada por meio da deliberação da Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Emissora realizada em 13 de janeiro de 2014 ("AGE de Re-ratificação" e, em conjunto com a AGE de 13 de dezembro, a "AGE da Emissão"), na qual foram aprovadas (i) a emissão das Debêntures (conforme definido na Cláusula 3.4.2 a seguir), bem como seus termos e condições, (ii) a realização da Oferta Restrita (conforme definido na Cláusula 2.1.1) e (iii) a concessão das garantias previstas nas alíneas (iii) e (v) da Cláusula 4.12.1 a seguir, além de ter sido concedida autorização à Diretoria da Emissora para praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações consubstanciadas na AGE da Emissão, em conformidade com o disposto no artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme atualmente em vigor (doravante denominada "*Lei das Sociedades por Ações*").

### **1.2 Autorização das Garantias e Fiança concedidas pelas Intervenientes da Emissora**

1.2.1 A concessão das garantias previstas nas alíneas (i) e (ii) da Cláusula 4.12.1a seguir será realizada com base nas deliberações dos órgãos societários de cada uma das sociedades que prestam garantias no âmbito desta Emissão e serão registradas nas competentes juntas comerciais e publicadas nos jornais de grande circulação utilizados pelas sociedades que prestam tais garantias.

- 1.2.2 A Fiança é prestada pelas Fiadoras, conforme abaixo definidas, com base nas aprovações societárias realizadas na (i) Reunião do Conselho de Administração da TPI, realizada em 15 de janeiro de 2014; e (ii) Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da UTC, realizada em 20 de dezembro de 2013.

## **CLÁUSULA 2. REQUISITOS**

### **2.1 Observância dos Requisitos**

- 2.1.1 A 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações de emissão da Companhia, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, a ser convolada em espécie com garantia real, será realizada pela Emissora em 4 (quatro) séries (a “Emissão”), todas para a distribuição pública, em regime de melhores esforços de colocação, com esforços restritos de colocação (“Oferta Restrita”), nos termos da Instrução nº 476 editada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) em 16 de janeiro de 2009, conforme atualmente em vigor (a “Instrução CVM476”), tudo com observância dos seguintes requisitos, de acordo com o exigido pelo artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações:

### **2.2 Arquivamento e Registro da Ata da AGE da Emissão**

- 2.2.1 Nos termos do artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, as atas da AGE de 13 de Dezembro e da AGE de Re-ratificação que deliberam sobre a Emissão foram devidamente arquivadas perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”), em 20 de janeiro de 2014, sob os nºs 31.917/14-8 e 31.916/14-4, respectivamente, bem como foram publicadas no jornal “Diário de São Paulo” e no Diário Oficial do Estado de São Paulo (“DOESP”), em 18 de janeiro de 2014.

### **2.3 Arquivamento e Registro dos Atos Societários das Garantidoras**

- 2.3.1 Os atos societários referidos na Cláusula 1.2.1 acima, serão registrados perante as juntas comerciais competentes e devidamente publicados nos jornais de grande circulação usualmente utilizados por estas sociedades garantidoras.
- 2.3.2 As atas das aprovações societárias das Fiadoras referidas na Cláusula 1.2.2 acima serão devidamente arquivadas perante a JUCESP, bem como serão publicadas no DOESP e no jornal “Valor Econômico, para as publicações da TPI e no jornal “Diário de São Paulo” para as publicações da UTC.

## **2.4 Inscrições e Registros**

- 2.4.1 Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão arquivados na JUCESP, conforme disposto no artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, sendo certo que a Emissora deverá enviar 1 (uma) via registrada da presente Escritura e seus eventuais aditamentos, em até 3 (três) dias úteis após a data de arquivamento na JUCESP, ao Agente Fiduciário.
- 2.4.2 A presente Escritura de Emissão, bem como os Contratos de Garantias (conforme definido na Cláusula 4.12 abaixo) serão celebrados e levados a registro nos cartórios de registro de títulos e documentos competentes, da sede da Emissora, do Agente Fiduciário e das Intervenientes, conforme aplicável e nos termos a serem previstos em tais instrumentos, bem como, no caso do Contrato de Penhor de Ações da Emissora, Contrato de Penhor de Ações da Aeroportos Brasil e do Contrato de Penhor de Ações da Viracopos Estacionamentos (todos definidos na Cláusula 4.12 abaixo), nos respectivos livros de registro de ações nominativas da Emissora, da Aeroportos Brasil e da Viracopos Estacionamentos S.A. ("Viracopos Estacionamentos").
- 2.4.3 Os contratos de penhor de ações que venham a ser celebrados em relação às ações de subsidiárias da Emissora eventualmente criadas, conforme previsto na Cláusula 4.12 abaixo, também deverão ser submetidos às mesmas formalidades previstas na Cláusula 2.4.2 acima.

## **2.5 Dispensa de Registro na CVM e na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais**

- 2.5.1 A Emissão será realizada nos termos da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.
- 2.5.2 A Emissão não será registrada na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA") por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro na ANBIMA, nos termos do parágrafo 1º do artigo 25 do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários" em vigor desde 1º de junho de 2011.

## **2.6 Registro para Distribuição e Negociação**

- 2.6.1 As Debêntures (conforme definido na Cláusula 3.4.2 a seguir) serão registradas para (i) distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição liquidada por meio da CETIP; e (ii) negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas por meio da CETIP sempre que as Debêntures estiverem ali custodiadas eletronicamente.
- 2.6.2 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 2.6.1 acima, as Debêntures poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários desde que entre Investidores Qualificados (conforme definido na Cláusula 3.7.5 abaixo) e depois de decorridos 90 (noventa) dias contados a partir da data de subscrição ou aquisição pelo investidor, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, mediante o cumprimento pela Emissora do artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

## **CLÁUSULA 3. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO**

### **3.1 Objeto Social da Emissora**

- 3.1.1 A Emissora tem por objeto social, nos termos do “*Contrato de Concessão para Ampliação, Manutenção e Exploração do Aeroporto Internacional de Campinas*” celebrado pela Emissora com a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC em 14 de junho de 2012 (“*Contrato de Concessão*”): (i) a prestação de serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto Internacional de Viracopos, localizado na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo; (ii) a constituição de subsidiárias integrais para a execução de atividades econômicas que gerem receitas não tarifárias compreendidas no seu objeto, que se recomenda sejam descentralizadas; (iii) a importação de bens e serviços necessários à execução de atividades compreendidas no seu objeto; e (iv) o exercício de outras atividades afins ou correlatas ao seu objeto social.



### **3.2 Destinação dos Recursos e Enquadramento do Projeto como Prioritário pela Secretaria de Aviação Civil**

- 3.2.1 A totalidade dos recursos líquidos captados pela Emissora por meio da Emissão, após a dedução dos descontos previstos, de comissões de distribuição e despesas estimadas a serem pagas pela Emissora, serão utilizados exclusivamente para a complementação dos recursos financeiros necessários para (i) a realização de investimentos no Aeroporto Internacional de Viracopos relativos à realização de obras emergenciais ("Obras Emergenciais") e (ii) implantação (a) do novo Terminal de Passageiros – TPS; (b) áreas de taxiamento; (c) pátio de aeronaves; (d) novas áreas de estacionamento (edifício garagem, novo estacionamento de caminhões, estacionamento para carros a serem alugados, área para estacionamento de táxis e estacionamento para veículos que permanecerão por longos períodos); (e) obras de infraestrutura básica (nova subestação e estruturas para armazenamento e distribuição de água para abastecimento e combate a incêndio); e (f) vias de acesso internas (acesso ao novo TPS e melhorias no acesso existente aos terminais de passageiros e carga), correspondentes à Fase I-B estabelecida no Contrato de Concessão, conforme definido acima, ("Fase I-B" e, em conjunto com as Obras Emergenciais, o "Projeto").
- 3.2.2 O Projeto, mencionado no item 3.2.1 da presente Cláusula integra o plano de investimento destinado à ampliação, modernização e exploração do Aeroporto Internacional de Viracopos ("Concessão"), sendo certo que tal plano foi objeto do Edital do Leilão nº 02/2011 promovido pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e realizado em 06/02/2012, e do posterior Contrato de Concessão, conforme acima definido, incluindo seus eventuais aditamentos. A Emissão será realizada com base nas disposições aplicáveis: (i) da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme atualmente em vigor ("Lei 12.431"); (ii) do Decreto Presidencial nº 7.603, de 09 de novembro de 2011; e (iii) da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.947, de 27 de janeiro de 2011. O Projeto foi considerado como prioritário nos termos do artigo 2º da Lei 12.431, conforme previsto na Portaria SAC nº 18, baixada pela Secretaria de Aviação Civil em 16 de janeiro de 2014.
- 3.2.3 A implementação das Obras Emergenciais e da Fase I-B da Concessão, objeto da destinação de recursos desta Emissão, já está em andamento, encontrando-se em fase de obras, cujo encerramento é estimado para dezembro de 2014, sendo o prazo de concessão de 30 (trinta) anos, conforme dispõe o Contrato de Concessão.
- 3.2.4 A totalidade dos recursos financeiros necessários para a realização das Obras Emergenciais e da Fase I-B, incluindo a conclusão de suas obras, é de aproximadamente R\$ 2.398.000.000,00 (dois bilhões, trezentos e noventa e oito milhões de reais), sendo que a Emissão deve representar aproximadamente 12,50% (doze inteiros e cinquenta centésimos por cento) de tal montante, de acordo com a estimativa da Emissora.

### **3.3 Número da Emissão**

3.3.1 A presente Emissão constitui a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.

### **3.4 Número de Séries**

3.4.1 A Emissão será realizada em 4 (quatro) séries.

3.4.2 Número de Séries. A Emissão será realizada em 4 (quatro) séries, sendo as debêntures objeto da Oferta Restrita distribuídas no âmbito da 1ª (primeira) série doravante denominadas "Debêntures da Primeira Série", as debêntures objeto da Oferta Restrita distribuídas no âmbito da 2ª (segunda) série doravante denominadas "Debêntures da Segunda Série", as debêntures objeto da Oferta Restrita distribuídas no âmbito da 3ª (terceira) série doravante denominadas "Debêntures da Terceira Série", as debêntures objeto da Oferta Restrita distribuídas no âmbito da 4ª (quarta) série doravante denominadas "Debêntures da Quarta Série" e em conjunto com as Debêntures da Primeira Série, as Debêntures da Segunda Série e as Debêntures da Terceira Série, doravante denominadas "Debêntures".

### **3.5 Valor Total da Emissão**

3.5.1 O valor total da Emissão é de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) na Data de Emissão (conforme definida na Cláusula 3.6 abaixo), observado que: (i) o valor total de emissão das Debêntures da Primeira Série é de R\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais); (ii) o valor total de emissão das Debêntures da Segunda Série é de R\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais); (iii) o valor total de emissão das Debêntures da Terceira Série é de R\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais); e (iv) o valor total de emissão das Debêntures da Quarta Série é de R\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais).

### **3.6 Data de Emissão**

3.6.1 Para os fins previstos nesta Escritura de Emissão, a data da Emissão será o dia 15 de janeiro de 2014 ("Data de Emissão").

### 3.7 Colocação e Procedimento de Distribuição

- 3.7.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, com a intermediação do Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA" ou "Coordenador Líder"), do BB-Banco de Investimento S.A. ("BB-BI"), do Banco Bradesco BBI S.A. ("Bradesco BBI"), do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander") e da Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Pine" e, em conjunto com o Itaú BBA, o BB-BI, o Bradesco BBI e o Santander, ("Coordenadores"), instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, responsáveis pela colocação das Debêntures, conforme os termos e condições do "Contrato de Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, em Regime de Melhores Esforços, da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com garantia adicional fidejussória a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em Quatro Séries, da Aeroportos Brasil – Viracopos S.A." ("Contrato de Distribuição"), a ser celebrado entre os Coordenadores e a Emissora.
- 3.7.2 O plano de distribuição pública seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476. O Coordenador poderá acessar até no máximo 50 (cinquenta) Investidores Qualificados (conforme definido na Cláusula 3.7.5 abaixo), sendo possível a subscrição ou aquisição das Debêntures por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, em conformidade com o artigo 3º da Instrução CVM 476. Adicionalmente, fundos de investimento cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos acima, conforme o parágrafo único do artigo 3º da Instrução CVM 476.
- 3.7.3 No ato de subscrição e integralização das Debêntures, os Investidores Qualificados assinarão declaração atestando, entre outras coisas, estarem cientes de que (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM e a ANBIMA; (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão; e (iii) que as Garantias Reais (conforme definido na Cláusula 4.12 abaixo) somente estarão integralmente constituídas na data prevista na Cláusula 4.12.1 abaixo, bem como que efetuaram sua própria análise com relação à capacidade de pagamento da Emissora e sobre a constituição, suficiência e exequibilidade das Garantias (conforme definidas na Cláusula 4.12 abaixo).
- 3.7.4 A Emissora não poderá realizar, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários objeto da Oferta Restrita dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.

- 3.7.5 Nos termos do artigo 4º da Instrução CVM-476 e para fins da Oferta Restrita, serão considerados "Investidores Qualificados" os referidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, observado que: (i) todos os fundos de investimento, ainda que se destinem a investidores não qualificados, serão considerados investidores qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no item (iv) do referido artigo 109 obrigatoriamente subcreverão e integralizarão, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), observado que fundos de investimento cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Distribuição.
- 3.7.6 A Emissora compromete-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.
- 3.7.7 A Emissora obriga-se a: (i) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta Restrita a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com os Coordenadores; e (ii) informar aos Coordenadores a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta Restrita no prazo de até 1(um) dia útil contado de tal contato, comprometendo-se, desde já, a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais investidores neste período.
- 3.7.8 Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Oferta Restrita, sendo que os Coordenadores, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizarão o plano de distribuição nos termos da Instrução CVM 476, tendo como público alvo Investidores Qualificados apenas, observado ainda o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476.
- 3.7.9 Não será concedido qualquer tipo de desconto pelos Coordenadores aos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures.
- 3.7.10 Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelas atuais acionistas da Emissora.

### 3.8 Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

- 3.8.1 O banco liquidante da presente Emissão será o Itaú Unibanco S.A. instituição financeira com sede na Praça Aldredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setubal, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04 ("Banco Liquidante"), e o escriturador mandatário das Debêntures será a Itaú Corretora de Valores S.A. instituição financeira com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3400, 10º andar, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 61.194.353/0001-64 ("Escriturador Mandatário"). O Banco Liquidante e o Escriturador Mandatário poderão ser substituídos, a qualquer tempo, por meio de deliberação dos titulares das Debêntures (os "Debenturistas") reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido na Cláusula 9.1.1 abaixo).

## CLÁUSULA 4. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

### 4.1 Valor Nominal Unitário e Atualização Monetária

- 4.1.1 O valor nominal unitário das Debêntures é de R\$ 1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").
- 4.1.2 Atualização Monetária da Primeira Série. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série será atualizado pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo calculado ("IPCA"), divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"), desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento ("Atualização Monetária da Primeira Série"), sendo o produto da Atualização Monetária da Primeira Série automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série ou, se for o caso, ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série ("Valor Nominal Unitário Atualizado da Primeira Série"), calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

Onde:

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado da Primeira Série calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

C = Fator acumulado das variações mensais do IPCA calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[ \left( \frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

Onde:

n = número total de índices utilizados na Atualização Monetária da Primeira Série das Debêntures, sendo "n" um número inteiro;

dup = número de dias úteis entre Data de Emissão ou a última data de aniversário das Debêntures da Primeira Série e a data de cálculo, limitado ao número total de dias úteis de vigência do IPCA, sendo "dup" um número inteiro;

dut = número de dias úteis entre a última e a próxima data de aniversário das Debêntures da Primeira Série, sendo "dut" um número inteiro;

NI<sub>k</sub> = valor do número-índice do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures da Primeira Série. Após a data de aniversário, valor do número-índice do mês de atualização;

NI<sub>k-1</sub> = valor do número-índice do mês anterior ao mês "k".

O fator resultante da expressão abaixo descrita é considerado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento:

$$\left( \frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}}$$

O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento.

O número-índice do IPCA deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo.

A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste à Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

Considera-se "data de aniversário" todo dia 15 de cada mês, e caso referida data não seja dia útil, o primeiro dia útil subsequente.

Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas datas de aniversários consecutivas das Debêntures da Primeira Série.

Se até a data de aniversário das Debêntures da Primeira Série o NI<sub>k</sub> não houver sido divulgado, deverá ser utilizado em substituição a NI<sub>k</sub> na apuração do Fator "C" um

número- índice projetado calculado com base na última projeção disponível divulgada pela ANBIMA ("Número Índice Projetado" e "Projeção") da variação percentual do IPCA, conforme fórmula a seguir:

$$NI_{kt} = NI_{k,t-1} \times (1 + \text{projeção})$$

Onde:

$NI_{kt}$  = Número- Índice Projetado do IPCA para o mês de atualização, calculado com 2 (duas) casas decimais, com arredondamento;

Projeção = variação percentual projetada pela ANBIMA referente ao mês de atualização.

O Número Índice Projetado será utilizado, provisoriamente, enquanto não houver sido divulgado o número- índice correspondente ao mês de atualização, não sendo, porém, devida nenhuma compensação entre a Emissora e os Debenturistas da Primeira Série quando da divulgação posterior do IPCA que seria aplicável; e

O número- índice do IPCA, bem como as projeções de sua variação, deverão ser utilizados considerando idêntico o número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo/apuração.

4.1.3 Atualização Monetária da Segunda Série. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série será atualizado pela variação acumulada do IPCA, divulgado mensalmente pelo IBGE, desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento ("Atualização Monetária da Segunda Série"), sendo o produto da Atualização Monetária da Segunda Série automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ou, se for o caso, ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ("Valor Nominal Unitário Atualizado da Segunda Série"), calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

Onde:

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado da Segunda Série calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

C = Fator acumulado das variações mensais do IPCA calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[ \left( \frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

Onde:

n = número total de índices utilizados na Atualização Monetária da Segunda Série das Debêntures, sendo "n" um número inteiro;

dup = número de dias úteis entre Data de Emissão ou a última data de aniversário das Debêntures da Segunda Série e a data de cálculo, limitado ao número total de dias úteis de vigência do IPCA, sendo "dup" um número inteiro;

dut = número de dias úteis entre a última e a próxima data de aniversário das Debêntures da Segunda Série, sendo "dut" um número inteiro;

NI<sub>k</sub> = valor do número-índice do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures da Segunda Série. Após a data de aniversário, valor do número-índice do mês de atualização;

NI<sub>k-1</sub> = valor do número-índice do mês anterior ao mês "k".

O fator resultante da expressão abaixo descrita é considerado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento:

$$\left( \frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}}$$

O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento.

O número-índice do IPCA deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo.

A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste à Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

Considera-se "data de aniversário" todo dia 15 de cada mês, e caso referida data não seja dia útil, o primeiro dia útil subsequente.

Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas datas de aniversários consecutivos das Debêntures da Segunda Série.



Se até a data de aniversário das Debêntures da Segunda Série o Nik não houver sido divulgado, deverá ser utilizado em substituição a Nik na apuração do Fator "C" um número- índice projetado calculado com base na última projeção disponível divulgada pela ANBIMA ("Número Índice Projetado" e "Projeção") da variação percentual do IPCA, conforme fórmula a seguir:

$$NI_{kp} = NI_{k-1} \times (1 + \text{projeção})$$

Onde:

NI<sub>kp</sub> = Número- Índice Projetado do IPCA para o mês de atualização, calculado com 2 (duas) casas decimais, com arredondamento;

Projeção= variação percentual projetada pela ANBIMA referente ao mês de atualização.

O Número Índice Projetado será utilizado, provisoriamente, enquanto não houver sido divulgado o número- índice correspondente ao mês de atualização, não sendo, porém, devida nenhuma compensação entre a Emissora e os Debenturistas da Segunda Série quando da divulgação posterior do IPCA que seria aplicável; e

O número- índice do IPCA, bem como as projeções de sua variação, deverão ser utilizados considerando idêntico o número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo/apuração.

4.1.4 Atualização Monetária da Terceira Série. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série será atualizado pela variação acumulada do IPCA, divulgado mensalmente pelo IBGE, desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento ("Atualização Monetária da Terceira Série"), sendo o produto da Atualização Monetária da Terceira Série automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série ou, se for o caso, ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série ("Valor Nominal Unitário Atualizado da Terceira Série"), calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

Onde:

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado da Terceira Série calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

C = Fator acumulado das variações mensais do IPCA calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[ \left( \frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

Onde:

n = número total de índices utilizados na Atualização Monetária da Terceira Série das Debêntures, sendo "n" um número inteiro;

dup = número de dias úteis entre Data de Emissão ou a última data de aniversário das Debêntures da Terceira Série e a data de cálculo, limitado ao número total de dias úteis de vigência do IPCA, sendo "dup" um número inteiro;

dut = número de dias úteis entre a última e a próxima data de aniversário das Debêntures da Terceira Série, sendo "dut" um número inteiro;

NI<sub>k</sub> = valor do número-índice do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures da Terceira Série; Após a data de aniversário, valor do número-índice do mês de atualização;

NI<sub>k-1</sub> = valor do número-índice do mês anterior ao mês "k".

O fator resultante da expressão abaixo descrita é considerado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento:

$$\left( \frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}}$$

O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

O número-índice do IPCA deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo.

A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste à Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

Considera-se "data de aniversário" todo dia 15 de cada mês, e caso referida data não seja dia útil, o primeiro dia útil subsequente.

Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas datas de aniversários consecutivos das Debêntures da Terceira Série.

2023  
26 01 14

Se até a data de aniversário das Debêntures da Terceira Série o Nlk não houver sido divulgado, deverá ser utilizado em substituição a Nlk na apuração do Fator "C" um número- índice projetado calculado com base na última projeção disponível divulgada pela ANBIMA ("Número Índice Projetado" e "Projeção") da variação percentual do IPCA, conforme fórmula a seguir:

$$NI_{kp} = NI_{k-1} \times (1 + \text{projeção})$$

Onde:

Nlkp = Número- Índice Projetado do IPCA para o mês de atualização, calculado com 2 (duas) casas decimais, com arredondamento;

Projeção= variação percentual projetada pela ANBIMA referente ao mês de atualização.

O Número Índice Projetado será utilizado, provisoriamente, enquanto não houver sido divulgado o número- índice correspondente ao mês de atualização, não sendo, porém, devida nenhuma compensação entre a Emissora e os Debenturistas da Terceira Série quando da divulgação posterior do IPCA que seria aplicável; e

O número- índice do IPCA, bem como as projeções de sua variação, deverão ser utilizados considerando idêntico o número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo/apuração.

4.1.5 Atualização Monetária da Quarta Série. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Quarta Série será atualizado pela variação acumulada do IPCA, divulgado mensalmente pelo IBGE, desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento ("Atualização Monetária da Quarta Série" e, em conjunto com a Atualização Monetária da Primeira Série, a Atualização Monetária da Segunda Série, e a Atualização Monetária da Terceira Série, a "Atualização Monetária"), sendo o produto da Atualização Monetária da Quarta Série automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures da Quarta Série ou, se for o caso, ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Quarta Série ("Valor Nominal Unitário Atualizado da Quarta Série" e, em conjunto com o Valor Nominal Unitário Atualizado da Primeira Série, o Valor Nominal Unitário Atualizado da Segunda Série e o Valor Nominal Unitário Atualizado da Terceira Série, o "Valor Nominal Unitário Atualizado"), calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

Onde:

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado da Quarta Série calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures da Quarta Série ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Quarta Série, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

C = Fator acumulado das variações mensais do IPCA calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[ \left( \frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

Onde:

n = número total de índices utilizados na Atualização Monetária da Quarta Série das Debêntures, sendo "n" um número inteiro;

dup = número de dias úteis entre Data de Emissão ou a última data de aniversário das Debêntures da Quarta Série e a data de cálculo, limitado ao número total de dias úteis de vigência do IPCA, sendo "dup" um número inteiro;

dut = número de dias úteis entre a última e a próxima data de aniversário das Debêntures da Quarta Série, sendo "dut" um número inteiro;

NI<sub>k</sub> = valor do número-índice do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures da Quarta Série. Após a data de aniversário, valor do número-índice do mês de atualização;

NI<sub>k-1</sub> = valor do número-índice do mês anterior ao mês "k".

O fator resultante da expressão abaixo descrita é considerado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento:

$$\left( \frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}}$$

O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

O número-índice do IPCA deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo.

A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste à Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

Considera-se "data de aniversário" todo dia 15 de cada mês, e caso referida data não seja dia útil, o primeiro dia útil subsequente.

Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas datas de aniversários consecutivos das Debêntures da Quarta Série.

Se até a data de aniversário das Debêntures da Quarta Série o Nlk não houver sido divulgado, deverá ser utilizado em substituição a Nlk na apuração do Fator "C" um número- índice projetado calculado com base na última projeção disponível divulgada pela ANBIMA ("Número Índice Projetado" e "Projeção") da variação percentual do IPCA, conforme fórmula a seguir:

$$NI_{kp} = NI_{k-1} \times (1 + \text{projeção})$$

Onde:

NI<sub>kp</sub> = Número- Índice Projetado do IPCA para o mês de atualização, calculado com 2 (duas) casas decimais, com arredondamento;

Projeção= variação percentual projetada pela ANBIMA referente ao mês de atualização.

O Número Índice Projetado será utilizado, provisoriamente, enquanto não houver sido divulgado o número- índice correspondente ao mês de atualização, não sendo, porém, devida nenhuma compensação entre a Emissora e os Debenturistas da Quarta Série quando da divulgação posterior do IPCA que seria aplicável; e

O número- índice do IPCA, bem como as projeções de sua variação, deverão ser utilizados considerando idêntico o número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo/apuração.



- 4.1.6 Na ausência de apuração e/ou divulgação do IPCA por prazo superior a 10 (dez) dias úteis contados da data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou, ainda, na hipótese de sua extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial ("Período de Ausência do IPCA"), o IPCA deverá ser substituído pelo devido substituto legal ou, no caso de inexistir substituto legal para o IPCA, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar do Período de Ausência do IPCA, convocar Assembleia Geral de Debenturistas de cada uma das séries (na forma e nos prazos estipulados na Cláusula 9.1.1 e seguintes desta Escritura de Emissão), para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável e os requisitos da Lei 12.431, o novo parâmetro a ser aplicado, o qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época ("Taxa Substitutiva"). Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, a mesma taxa produzida pelo último IPCA divulgado, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas, quando da divulgação posterior do IPCA.
- 4.1.7 Caso o IPCA venha a ser divulgado antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas da Emissora referida na Cláusula anterior, a respectiva Assembleia Geral de Debenturistas não será mais realizada e o IPCA, a partir do retorno de sua divulgação, voltará a ser utilizado para o cálculo da Atualização Monetária da respectiva série desde o dia de sua indisponibilidade, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas.
- 4.1.8 Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva entre a Emissora e os Debenturistas na Assembleia Geral de Debenturistas convocada para este fim, ou caso a Taxa Substitutiva venha a acarretar a perda do benefício gerado pelo tratamento tributário previsto na Lei 12.431, a Emissora e os Debenturistas deverão, de comum acordo, no prazo de 10 (dez) dias contados da referida Assembleia Geral de Debenturistas, nomear perito independente para a determinação do novo índice oficial de atualização, o qual deverá refletir ao máximo o IPCA, e que será exclusivo e vinculante às partes, e a Emissora deverá apresentar cronograma de amortização para a totalidade das Debêntures em Circulação (conforme definido na Cláusula 9.3.2 abaixo), não excedendo a Data de Vencimento da Quarta Série, utilizando o novo índice de atualização determinado pelo perito. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração de cada uma das séries continuará sendo a estabelecida nesta Escritura, observado que, até a amortização integral das Debêntures da respectiva série, será utilizado o novo índice de atualização determinado pelo perito. Caso a Taxa Substitutiva seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis. As despesas com a contratação do perito serão de responsabilidade da Emissora.

## **4.2 Quantidade de Debêntures**

- 4.2.1 Serão emitidas 300.000 (trezentas mil) Debêntures, divididas igualmente em 4(quatro) séries, sendo: (i) 75.000 (setenta e cinco mil) Debêntures da Primeira Série, (ii) 75.000 (setenta e cinco mil) Debêntures da Segunda Série, (iii) 75.000 (setenta e cinco mil) Debêntures da Terceira Série, e (iv) 75.000 (setenta e cinco mil) Debêntures da Quarta Série.

## **4.3 Forma**

- 4.3.1 As Debêntures serão nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.

## **4.4 Comprovação de Titularidade e Cessão das Debêntures**

- 4.4.1 Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador Mandatário e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP, pelo extrato expedido pela CETIP em nome do respectivo titular da Debênture.

## **4.5 Espécie**

- 4.5.1 As Debêntures serão da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, a serem convoladas em da espécie com garantia real, conforme disposto na Cláusula 4.12.12 desta Escritura de Emissão.

## **4.6 Conversibilidade**

- 4.6.1 As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Companhia.

## **4.7 Prazo e Forma de Subscrição e Integralização**

- 4.7.1 As Debêntures de cada uma das séries serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, durante o prazo de colocação das Debêntures, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP, pelo seu Valor Nominal Unitário Atualizado acrescido dos Juros Remuneratórios da respectiva série (conforme abaixo), calculado *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de sua efetiva subscrição e integralização.

#### 4.8 Prazo e Data de Vencimento

- 4.8.1 Ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado, ocasiões em que a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures de todas as séries pelo saldo remanescente de seu respectivo Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido dos respectivos Juros Remuneratórios (conforme definido na Cláusula 4.9.1 abaixo) devidos, e em observância ao artigo 1º da Resolução 3.947: (i) as Debêntures da Primeira Série terão prazo de vigência até 15 de setembro de 2025 (“Data de Vencimento da Primeira Série”); (ii) as Debêntures da Segunda Série terão prazo de vigência até 15 de dezembro de 2025 (“Data de Vencimento da Segunda Série”); (iii) as Debêntures da Terceira Série terão prazo de vigência até 15 de março de 2026 (“Data de Vencimento da Terceira Série”); e (iv) as Debêntures da Quarta Série terão prazo de vigência até 15 de junho de 2025 (“Data de Vencimento da Quarta Série”, sendo esta em conjunto com a Data de Vencimento da Primeira Série, a Data de Vencimento da Segunda Série e a Data de Vencimento da Terceira Série, doravante denominadas, cada uma, a “Data de Vencimento das Debêntures”).

#### 4.9 Remuneração das Debêntures

- 4.9.1 As Debêntures de todas as séries serão remuneradas conforme definido e disposto a seguir:

- 4.9.1.1 Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série. As Debêntures da Primeira Série farão jus a uma remuneração correspondente a 8,7945% (oito inteiros, sete mil novecentos e quarenta e cinco décimo de milésimo por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidente sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado da Primeira Série ou Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado da Primeira Série, a partir da Data de Emissão (inclusive) ou da Data de Incorporação ou da data de pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização das Debêntures da Primeira Série (conforme abaixo definido) (exclusive), calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por dias úteis de acordo com a fórmula prevista abaixo (“Juros Remuneratórios da Primeira Série” e, em conjunto com a Atualização Monetária da Primeira Série, a “Remuneração da Primeira Série”).

- 4.9.1.2 O cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série obedecerá a seguinte fórmula:

$$J = VNA_u \times (Fator Juros - 1)$$

Onde:

J = valor unitário dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização da Primeira Série (exclusive), calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado da Primeira Série ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado da Primeira Série calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros = fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$Fator Juros = \left[ \left( 1 + \frac{Taxa}{100} \right)^{\frac{DP}{252}} \right]$$

Onde:

Taxa = 8,7945 (oito inteiros, sete mil novecentos e quarenta e cinco décimo de milésimo, informada com 4 (quatro) casas decimais;

DP = número de dias úteis entre a Data de Emissão, Data de Incorporação das Debêntures da Primeira Série (conforme definido no item 4.10.2 abaixo), ou data do último pagamento de Juros Remuneratórios da Primeira Série, conforme o caso, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

4.9.1.3 Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série. As Debêntures da Segunda Série farão jus a uma remuneração correspondente a 8,7945% (oito inteiros, sete mil novecentos e quarenta e cinco décimo de milésimo por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidente sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado da Segunda Série ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado da Segunda Série, a partir da Data de Emissão (inclusive) ou da Data de Incorporação ou da data de pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização das Debêntures da Segunda Série (conforme abaixo definido) (exclusive), calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por dias úteis de acordo com a fórmula prevista abaixo ("Juros Remuneratórios da Segunda Série" e, em conjunto com a Atualização Monetária da Segunda Série, a "Remuneração da Segunda Série").

4.9.1.4 O cálculo dos Juros Remuneratórios da Segunda Série obedecerá a seguinte fórmula:

$$J = VNA_q \times (Fator Juros - 1)$$

Onde:

J = valor unitário dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização da Segunda Série (exclusive), calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado da Segunda Série ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado da Segunda Série calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros = fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator Juros = \left[ 1 + \frac{Taxa}{100} \right]^{\frac{DP}{252}}$$

Onde:

Taxa = 8,7945 (oito inteiros, sete mil novecentos e quarenta e cinco décimo de milésimo), informada com 4 (quatro) casas decimais;

DP = número de dias úteis entre a Data de Emissão, Data de Incorporação das Debêntures da Segunda Série (conforme definido no item 4.10.2 abaixo), ou data do último pagamento de Juros Remuneratórios da Segunda Série, conforme o caso, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

4.9.1.5 Juros Remuneratórios das Debêntures da Terceira Série. As Debêntures da Terceira Série farão jus a uma remuneração correspondente a 8,7945% (oito inteiros, sete mil novecentos e quarenta e cinco décimo de milésimo por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidente sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado da Terceira Série ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado da Terceira Série, a partir da Data de Emissão (inclusive) ou da Data de Incorporação ou da data de pagamento dos Juros Remuneratórios da Terceira Série imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização das Debêntures da Terceira Série (conforme abaixo definido) (exclusive), calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por dias úteis de acordo com a fórmula prevista abaixo ("Juros Remuneratórios da Terceira Série" e, em conjunto com a Atualização Monetária da Terceira Série, a "Remuneração da Terceira Série").

4.9.1.6 O cálculo dos Juros Remuneratórios da Terceira Série obedecerá a seguinte fórmula:

$$J = VNA_g \times (Fator Juros - 1)$$

Onde:

J = valor unitário dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização da Terceira Série (exclusive), calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado da Terceira Série ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado da Terceira Série calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros = fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator Juros = \left[ \left( 1 + \frac{Taxa}{100} \right)^{\frac{DP}{252}} \right]$$

Onde:

Taxa = 8,7945 (oito inteiros, sete mil novecentos e quarenta e cinco décimo de milésimo), informada com 4 (quatro) casas decimais;

DP = número de dias úteis entre a Data de Emissão, Data de Incorporação das Debêntures da Terceira Série (conforme definido no item 4.10.2 abaixo), ou data do último pagamento de Juros Remuneratórios da Terceira Série, conforme o caso, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

4.9.1.7 Juros Remuneratórios das Debêntures da Quarta Série. As Debêntures da Quarta Série farão jus a uma remuneração correspondente a 8,7945% (oito inteiros, sete mil novecentos e quarenta e cinco décimo de milésimo por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidente sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado da Quarta Série ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado da Quarta Série, a partir da Data de Emissão (inclusive) ou da Data de Incorporação ou da data de pagamento dos Juros Remuneratórios da Quarta Série imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização das Debêntures da Quarta Série (conforme abaixo definido) (exclusive), calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por dias úteis de acordo com a fórmula prevista abaixo ("Juros Remuneratórios da Quarta Série" e, em conjunto com a Atualização Monetária da Quarta Série, a "Remuneração da Quarta Série").

4.9.1.8 O cálculo dos Juros Remuneratórios da Quarta Série obedecerá a seguinte fórmula:

$$J = VNA_q \times (Fator Juros - 1)$$

Onde:

J = valor unitário dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização da Quarta Série (exclusive), calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado da Quarta Série ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado da Quarta Série calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros = fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator Juros = \left[ \left( 1 + \frac{Taxa}{100} \right)^{\frac{DP}{360}} \right]$$

Onde:

Taxa = 8,7945 (oito inteiros, sete mil novecentos e quarenta e cinco décimo de milésimo), informada com 4 (quatro) casas decimais;

DP = número de dias úteis entre a Data de Emissão, Data de Incorporação das Debêntures da Quarta Série (conforme definido no item 4.10.2 abaixo), ou data do último pagamento de Juros Remuneratórios da Quarta Série, conforme o caso, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

Para fins desta Escritura de Emissão define-se: (i) "Remuneração" como, em conjunto, a Remuneração da Quarta Série, a Remuneração da Primeira Série, a Remuneração da Segunda Série e a Remuneração da Terceira Série e (ii) "Juros Remuneratórios" como, em conjunto, os Juros Remuneratórios da Quarta Série, Juros Remuneratórios da Primeira Série, Juros Remuneratórios da Segunda Série e os Juros Remuneratórios da Terceira Série.

#### **4.10 Período de Capitalização; Capitalização de Juros Remuneratórios**

4.10.1 Define-se "Período de Capitalização das Debêntures" como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data da Emissão de uma determinada série, no caso do primeiro Período de Capitalização das Debêntures de uma determinada série, ou na Data de Incorporação ou na Data de Pagamento de Juros Remuneratórios da respectiva série imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização das Debêntures, e termina na Data de Pagamento de Juros Remuneratórios correspondente ao período em questão da respectiva série. Cada Período de Capitalização das Debêntures da respectiva série sucede o anterior sem solução de continuidade até a Data de Vencimento das Debêntures da respectiva série.

4.10.2 Os Juros Remuneratórios de cada uma das séries serão apurados nas datas indicadas abaixo e incorporados ou pagos, conforme definido abaixo, nestas mesmas datas (cada uma das datas abaixo, uma "Data de Incorporação" ou uma "Data de Pagamento de Juros Remuneratórios", conforme aplicável):

- (i) **Primeira Série:** os Juros Remuneratórios da Primeira Série serão apurados sempre no dia 15 do mês de setembro, sendo certo que até a apuração realizada em 15 de setembro de 2016 (inclusive) os Juros Remuneratórios da Primeira Série serão incorporados e, a partir da apuração realizada em 15 de setembro de 2017 (data do primeiro pagamento) passarão a ser pagos, sendo o último pagamento realizado na Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série;
- (ii) **Segunda Série:** os Juros Remuneratórios da Segunda Série serão apurados sempre no dia 15 do mês de dezembro, sendo certo que até a apuração realizada em 15 de dezembro de 2015 (inclusive) os Juros Remuneratórios da Segunda Série serão incorporados e, a partir da apuração realizada em 15 de dezembro de 2016 (data do primeiro pagamento) passarão a ser pagos, sendo o último pagamento realizado na Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série;
- (iii) **Terceira Série:** os Juros Remuneratórios da Terceira Série serão apurados sempre no dia 15 do mês de março, sendo certo que até a apuração realizada em 15 de março de 2016 (inclusive) os Juros Remuneratórios da Terceira Série serão incorporados e, a partir da apuração realizada em 15 de março de 2017 (data do primeiro pagamento) passarão a ser pagos, sendo o último pagamento realizado na Data de Vencimento das Debêntures da Terceira Série; e
- (iv) **Quarta Série:** os Juros Remuneratórios da Quarta Série serão apurados sempre no dia 15 do mês de junho, sendo certo que até a apuração realizada em 15 de junho de 2016 (inclusive) os Juros Remuneratórios da Quarta Série serão incorporados e, a partir da apuração realizada em 15 de junho de 2017 (data do primeiro pagamento) passarão a ser pagos, sendo o último pagamento realizado na Data de Vencimento das Debêntures da Quarta Série.

#### 4.11 Amortização do Valor Nominal Unitário

4.11.1 O Valor Nominal Unitário Atualizado ou saldo Valor Nominal Unitário Atualizado da Primeira Série será amortizado anualmente nos montantes e datas indicados na tabela abaixo, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de setembro de 2019 e o último na Data de Vencimento da Primeira Série:

Data de Pagamento	Proporção de Amortização das Debêntures da Primeira Série
15 de setembro de 2019	11,3100%
15 de setembro de 2020	12,1800%
15 de setembro de 2021	13,1200%



15 de setembro de 2022	14,1300%
15 de setembro de 2023	15,2200%
15 de setembro de 2024	16,3900%
Data de Vencimento da Primeira Série	saldo

4.11.2 O Valor Nominal Unitário Atualizado ou saldo Valor Nominal Unitário Atualizado da Segunda Série será amortizado anualmente nos montantes e datas indicados na tabela abaixo, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de dezembro de 2019 e o último na Data de Vencimento da Segunda Série:

Data de Pagamento	Proporção de Amortização das Debêntures da Segunda Série
15 de dezembro de 2019	11,3100%
15 de dezembro de 2020	12,1800%
15 de dezembro de 2021	13,1200%
15 de dezembro de 2022	14,1300%
15 de dezembro de 2023	15,2200%
15 de dezembro de 2024	16,3900%
Data de Vencimento da Segunda Série	saldo

4.11.3 O Valor Nominal Unitário Atualizado ou saldo Valor Nominal Unitário Atualizado da Terceira Série será amortizado anualmente nos montantes e datas indicados na tabela abaixo, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de março de 2020 e o último na Data de Vencimento da Terceira Série:

Data de Pagamento	Proporção de Amortização das Debêntures da Terceira Série
15 de março de 2020	11,3100%
15 de março de 2021	12,1800%
15 de março de 2022	13,1200%
15 de março de 2023	14,1300%
15 de março de 2024	15,2200%
15 de março de 2025	16,3900%
Data de Vencimento da Terceira Série	saldo

4.11.4 O Valor Nominal Unitário Atualizado ou saldo Valor Nominal Unitário Atualizado da Quarta Série será amortizado anualmente nos montantes e datas indicados na tabela abaixo, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de junho de 2020 e o último na Data de Vencimento da Quarta Série:

Data de Pagamento	Proporção de Amortização das Debêntures da Quarta Série
15 de junho de 2020	13,7400%
15 de junho de 2021	14,7900%
15 de junho de 2022	15,9300%

15 de junho de 2023	17,1600%
15 de junho de 2024	18,4800%
Data de Vencimento das Debêntures da Quarta Série	saldo

#### 4.12 Garantias

4.12.1 *Garantias Reais.* Por ocasião da celebração dos Contratos de Financiamento do Projeto (conforme definido na alínea (vii) da Cláusula 5.1.1 abaixo), que não ocorrerá concomitantemente à celebração desta Escritura e a emissão das Debêntures, os instrumentos de constituição das garantias reais especificadas abaixo deverão ser devidamente celebrados para assegurar o pontual pagamento de toda a dívida da Emissora representada pelas Debêntures e devida nos termos desta Escritura de Emissão, acrescida da Atualização Monetária e dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios aplicáveis de todas as séries, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, inclusive honorários do Agente Fiduciário e despesas judiciais incorridas pelo Agente Fiduciário na execução das garantias previstas nesta Escritura de Emissão(as "Garantias Reais");

- (i) penhor sobre a totalidade das ações (presentes e futuras) de emissão da Companhia detidas pela ABSA e respectivos direitos, a ser constituído por meio de instrumento de penhor específico ("Contrato de Penhor de Ações da Emissora ABSA");
- (ii) penhor sobre a totalidade das ações de emissão da ABSA (presentes e futuras) detidas pela UTC e TPI e respectivos direitos, a ser constituído por meio de instrumento de penhor específico ("Contrato de Penhor de Ações da Aeroportos Brasil");
- (iii) penhor sobre a totalidade das ações de emissão da Viracopos Estacionamentos (presentes e futuras) detidas pela Emissora e respectivos direitos, a ser constituído por meio de instrumento de penhor específico ("Contrato de Penhor de Ações da Viracopos Estacionamentos");
- (iv) penhor sobre a totalidade das ações e respectivos direitos de propriedade da Emissora de emissão de quaisquer novas subsidiárias da Emissora a ser constituído por meio de instrumento de penhor específico, caso aplicável;
- (v) Cessão fiduciária, nos termos do § 3º do artigo 66-B da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme alterada, e observado o disposto do artigo 28 da Lei nº 8.987 de 13 de fevereiro de 1995, conforme alterada ("Lei de Concessões" e "Direitos Cedidos", respectivamente): (i) dos direitos emergentes da concessão de que é titular em decorrência do Contrato de Concessão, incluindo a totalidade das receitas tarifárias e não tarifárias, ou

quaisquer outros direitos e/ou receitas que sejam provenientes da concessão de que é titular em decorrência do Contrato de Concessão, provenientes também de quaisquer subsidiárias, inclusive a Viracopos Estacionamentos e/ou empresas controladas que venham a ser constituídas, nos termos do Contrato de Concessão, (ii) dos direitos creditórios das contas bancárias cedidas da Companhia, conforme a serem definidas no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e descritas no Anexo I a esta Escritura de Emissão; (iii) de todos os direitos creditórios decorrentes de contratos celebrados e/ou a serem celebrados conforme necessário para a exploração da Concessão, incluindo o Contrato de Prestação de Serviços e Fornecimentos em Regime de Empreitada Global sob a Modalidade EPC-Turn Key Lump Sum (Contrato EPC), celebrado entre a Emissora e o Consórcio Construtor Viracopos (formado pelas empresas Constran S.A. – Construções e Comércio e Construtora Triunfo S.A.), e (iv) da conta vinculada de titularidade da ABSA prevista no Contrato de Suporte (conforme abaixo definido) e dos direitos creditórios a ela correspondentes, ou, ainda, quaisquer outros direitos, recursos, valores, aportes de capital e/ou receitas que sejam decorrentes do referido contrato, a ser constituída por meio do Contrato de Cessão Fiduciária de Receitas, Administração de Contas, Constituição de Garantia e Outras Avenças (“Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios”) e, em conjunto com o Contrato de Penhor de Ações da Emissora, o Contrato de Penhor de Ações da Aeroportos Brasil e o Contrato de Penhor de Ações da Viracopos Estacionamentos, os “Contratos de Garantia”).

4.12.1.1 A fim de comprovar a regular constituição das garantias reais, deverão ser apresentadas ao Agente Fiduciário em até 31 de dezembro de 2014 os seguintes documentos: (i) os Contratos de Garantia devidamente assinados e registrados nos cartórios de títulos e documentos competentes e (ii) com relação aos penhores de ações mencionados na 4.12.1 acima, cópia do livro de registro de ações das sociedades empenhantes nos referidos contratos, contendo a lavratura dos referidos penhores.

4.12.2 *Garantia Fidejussória.* Desde a Data de Emissão (i) até o vencimento final das Debêntures por meio da integral quitação do Valor Garantido (conforme definido abaixo) nos termos desta Escritura de Emissão ou (ii) até a liberação prevista na Cláusula 4.12.6 abaixo, as Debêntures são garantidas por fiança corporativa de 100% (cem por cento) do Valor Garantido (conforme definido abaixo) constituída neste ato e prestada pela UTC e pela TPI (“Fiadoras”), as quais, por este instrumento e na melhor forma de direito, se obrigam perante os Debenturistas, cada uma de forma não solidária entre si e no limite de 50% (cinquenta por cento) do Valor Garantido para cada uma das Fiadoras, na qualidade de devedoras e principais pagadoras, solidariamente responsáveis com a Emissora, por todas e quaisquer obrigações da Emissora decorrentes desta Escritura de Emissão (a “Fiança” e, em conjunto com as Garantias Reais, as “Garantias”), com renúncia expressa aos benefícios de



ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 821, 827, 834, 835, 836, 837, 838 e 839, todos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme atualmente em vigor, e artigos 77 e 595 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme atualmente em vigor.

4.12.3 A Fiança visa a garantir o pontual pagamento de toda a dívida da Emissora representada pelas Debêntures devida nos termos desta Escritura de Emissão, acrescida da Atualização Monetária e dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios aplicáveis a cada uma das séries, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, inclusive honorários do Agente Fiduciário e despesas judiciais incorridas pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas na execução das garantias previstas nesta Escritura de Emissão, apurado na data da execução da Fiança, ou na execução dos atos necessários à salvaguarda dos direitos e prerrogativas decorrentes desta Escritura de Emissão ("Valor Garantido").

4.12.4 As Fiadoras se obrigam a, independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações, a pagar o Valor Garantido no prazo de 10 (dez) dias úteis contados a partir de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário informando da falta de pagamento de qualquer das obrigações pecuniárias assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão.

4.12.5 Todos e quaisquer pagamentos realizados pelas Fiadoras em relação à Fiança serão efetuados livres e líquidos, sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais, devendo as Fiadoras pagar as quantias adicionais que sejam necessárias para que os Debenturistas recebam, após tais deduções, recolhimentos ou pagamentos, uma quantia equivalente à que teria sido recebida se tais deduções, recolhimentos ou pagamentos não fossem aplicáveis.

4.12.6 A Fiança aqui referida é prestada pelas Fiadoras em caráter irrevogável e irretratável e será automaticamente liberada, nos termos previstos nesta Cláusula, mediante a confirmação pelo Agente Fiduciário do recebimento dos documentos que comprovem a constituição, em favor dos Debenturistas, das Garantias Reais e do Contrato de Suporte, conforme descritos na Cláusula 4.12.1 acima e na Cláusula 4.12.13 abaixo, que deverão estar devidamente assinados e registrados nos competentes cartórios de títulos e documentos (i) da sede da Emissora e (ii) das demais cidades, que não a da Emissora, conforme imposição dos referidos instrumentos.

- 4.12.7 Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pelas Fiadoras com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.
- 4.12.8 As Fiadoras concordam e obrigam-se a somente exigir e/ou demandar a Emissora por qualquer valor por elas desembolsado nos termos da Fiança depois de terem os Debenturistas recebido todos os valores a eles devidos nos termos desta Escritura de Emissão.
- 4.12.9 A Fiança poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes forem necessárias até a integral e efetiva liquidação do Valor Garantido.
- 4.12.10 Em virtude da Fiança prestada pelas Fiadoras em benefício dos Debenturistas, a presente Escritura de Emissão deverá ser apresentada para registro nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da sede da Emissora, do Agente Fiduciário e das Fiadoras, em até 10 (dez) dias contados da data de assinatura desta Escritura de Emissão. Após o registro da Escritura de Emissão, a Emissora deverá disponibilizar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original da presente Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos registrados, em até 3 (três) dias úteis após o último dos referidos registros.
- 4.12.11 A Fiança permanecerá válida e plenamente eficaz em caso de aditamentos, alterações e/ou quaisquer outras modificações das condições fixadas nas Debêntures, na Escritura de Emissão, no Contrato de Distribuição, nos Contratos de Garantia e/ou nos demais documentos da Oferta Restrita.
- 4.12.12 A Emissora e o Agente Fiduciário ficam desde logo autorizados a celebrar o Aditamento à presente Escritura de Emissão, nos termos do Anexo II à presente Escritura de Emissão, para formalizar a convolação da espécie das Debêntures de quirografárias, com garantia adicional fidejussória, para com garantia real mediante a constituição das Garantias Reais nos termos da Cláusula 4.12.1. Fica desde já estabelecido que não será necessária a realização de Assembleia Geral de Acionistas da Emissora ou de Assembleia Geral de Debenturistas para aprovação do respectivo aditamento, cuja celebração deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias contados do registro dos Contratos de Garantia nos cartórios competentes, conforme estabelecido em tais instrumentos, sob pena de vencimento antecipado das Debêntures nos termos da Cláusula 5.1 desta Escritura. O aditamento referido nesta Cláusula deverá ser levado a registro na JUCESP conforme disposto na Cláusula 2.4.1 acima.



- 4.12.13 ***Suporte de Acionistas.*** Sem prejuízo das Garantias Reais e da Garantia Fidejussória, as Intervenientes e a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária ("Infraero") celebrarão, com a intervenção-anuência da Emissora, por ocasião da celebração dos Contratos de Garantia nos termos da Cláusula 4.12.1, um contrato de suporte de acionistas ("Contrato de Suporte"), por meio do qual haverá a obrigação de aportar os recursos necessários para a liquidação integral das parcelas anuais de Contribuição ao Sistema, compreendidas a Contribuição Variável e a Contribuição Fixa, devidas pela Emissora à União Federal, conforme Contrato de Concessão.
- 4.12.14 O Contrato de Suporte vigorará (a) até a liquidação integral das Debêntures e dos Contratos de Financiamento do Projeto ou (b) até o recebimento pelo Agente Fiduciário de declaração por escrito emitida pelo BNDES atestando expressamente o cumprimento do *completion* nos termos do Contrato Direto FINEM, conforme abaixo definido.
- 4.12.15 Para os fins previstos na Cláusula 4.12.14(b) acima, as Partes desde já concordam que tão logo confirmado pelo Agente Fiduciário o atendimento da condição indicada na cláusula 4.12.14(b) acima, não será necessária a realização de Assembleia Geral de Debenturistas e tampouco qualquer anuência de quaisquer detentores das Debêntures para formalizar a liberação do Contrato de Suporte.
- 4.12.16 ***Compartilhamento de Garantias.*** As Garantias Reais e o Contrato de Suporte serão compartilhadas proporcionalmente ao saldo devedor das Debêntures e dos Contratos de Financiamento do Projeto, e sem ordem de preferência de recebimento no caso de excussão, entre (i) os titulares das Debêntures, (ii) o BNDES e (iii) instituições repassadoras, em decorrência dos Contratos de Financiamento do Projeto e, portanto, estarão sujeitas aos termos e condições do Contrato de Compartilhamento de Garantias a ser celebrado entre o Agente Fiduciário (representando os Debenturistas), o BNDES e as instituições repassadoras ("Contrato de Compartilhamento de Garantias").
- 4.12.17 As Garantias Reais e o Contrato de Suporte poderão ser futuramente compartilhados com outros credores da Emissora, nas hipóteses previstas na alínea (b) do item (ii) da Cláusula 6.1.1, a critério da Emissora, sem necessidade de anuência prévia dos Debenturistas.

4.12.18 As Garantias Reais constituídas poderão, ainda, vir a ser liberadas pelos Debenturistas, de forma parcial, por solicitação da Emissora, desde que sejam atendidas cumulativamente as seguintes condições: (i) a Emissora, e as Intervenientes estejam adimplentes com relação às obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Financiamento do Projeto; (ii) a liberação ora prevista seja realizada exclusivamente para fins de permitir que a Emissora ceda os respectivos direitos liberados a terceiros, de forma a viabilizar a realização de novos investimentos na Concessão a serem feitos pela Emissora em conformidade com o Contrato de Concessão; (iii) a relação Patrimônio Líquido/Ativo Ajustado da Emissora seja maior ou igual a 25% (vinte e cinco por cento) conforme indicado no Anexo III a esta Escritura de Emissão ("Índice de Capitalização"); (iv) seja comprovado aos Debenturistas que a realização futura dos investimentos previstos na alínea (ii) da presente cláusula não comprometerá o atendimento do ICSD conforme indicado no Anexo IV a esta Escritura de Emissão. A Emissora deverá informar aos Debenturistas, por meio da solicitação de liberação prevista nesta Cláusula, quais as garantias e os montantes necessários para a liberação ora previstos, devendo os Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas deliberarem a matéria, observados os quóruns previstos na Cláusula 9.5.2 abaixo.

4.12.19 *Obrigação de Aporte.* As Fiadoras obrigam-se ainda, na hipótese de extinção do Contrato de Concessão declarada pelo Poder Concedente por iniciativa dos Intervenientes ou em virtude de inadimplemento resultante de imperícia, imprudência, negligência, dolo, corrupção e/ou fraude da Emissora ou por falência, a aportar recursos na Emissora, por meio de aumento de capital ou mútuo, sempre de forma proporcional e limitada às suas participações acionárias no capital social da ABSA, o equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do saldo devedor das Debêntures, em até 90 (noventa) dias a contar do término do Contrato de Concessão.

#### **4.13 Local de Pagamento**

4.13.1 Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento, conforme datas previstas nesta Escritura de Emissão, utilizando-se (i) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (ii) os procedimentos adotados pelo Escriturador Mandatário, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

#### **4.14 Multa e Encargos Moratórios**

4.14.1 Em caso de atraso no pagamento de qualquer quantia devida pela Emissora aos Debenturistas, os débitos em atraso, devidamente atualizados pela Atualização Monetária e acrescidos dos Juros Remuneratórios da respectiva série devidos, ficarão sujeitos à multa individual e não compensatória, de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata die*, ambos calculados sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial ("Encargos Moratórios").

#### **4.15 Tratamento Tributário**

4.15.1 As Debêntures gozam dos tratamentos tributários previstos nos artigos 1º e 2º da Lei 12.431.

4.15.2 Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária (diferente daquelas previstas na Lei 12.431), este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias úteis antes da primeira data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, devendo enviar a documentação complementar pertinente, caso haja alteração nesta condição.

4.15.3 O Debenturista que tenha apresentado documentação comprobatória de sua condição de imunidade ou isenção tributária, nos termos da Cláusula 4.15.2, e que tiver essa condição alterada por disposição normativa, ou por deixar de atender as condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, ou ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Banco Liquidante e Escriturador Mandatário, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Banco Liquidante, pelo Escriturador Mandatário ou pela Emissora.

4.15.4 Mesmo que tenha recebido a documentação referida na Cláusula 4.15.2, e desde que tenha fundamento legal para tanto, fica facultado à Emissora depositar em juízo ou descontar de quaisquer valores relacionados às Debêntures a tributação que entender devida, sem que esse fato possa gerar pretensão indenizatória contra a Emissora, o Banco Liquidante ou ao Agente Escriturador Mandatário por parte de qualquer Debenturista ou terceiro, a não ser que a Emissora tenha agido de má-fé.

4.15.5 Caso a Emissora não utilize os recursos na forma prevista na Cláusula 3.2 acima, dando causa ao seu desenquadramento da Lei 12.431, esta será responsável pela multa, a ser paga nos termos da Lei 12.431, equivalente a 20% (vinte por cento) do valor da Emissão não alocado no Projeto.



4.15.6 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.15.5 acima, caso, a qualquer momento durante a vigência da presente Emissão e até a Data de Vencimento, as Debêntures deixem de gozar do tratamento tributário previsto na Lei 12.431 ou caso haja qualquer retenção de tributos sobre os rendimentos das Debêntures em razão do não atendimento, pela Emissora, dos requisitos estabelecidos na referida Lei, a Emissora desde já se obriga a arcar com todos os tributos que venham a ser devidos pelos Debenturistas, bem como com qualquer multa a ser paga nos termos da Lei 12.431, de modo que a Emissora deverá acrescer a esses pagamentos valores adicionais suficientes para que os Debenturistas recebam tais pagamentos como se os referidos valores não fossem incidentes.

#### **4.16 Decadência dos Direitos aos Acréscimos**

4.16.1 O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer remuneração adicional e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

#### **4.17 Publicidade**

4.17.1 Todos os atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser comunicados na forma de aviso publicado no DOESP e no jornal "Diário de São Paulo", bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores ([www.viracopos.com](http://www.viracopos.com)) em até 3 (três) dias úteis da ciência do ato a ser divulgado, devendo o prazo de manifestação dos Debenturistas, caso seja necessário, obedecer ao disposto na legislação em vigor, nesta Escritura de Emissão ou, na falta de disposição expressa, ser de, no mínimo, 10 (dez) dias contados da data da publicação. Tais atos e decisões deverão ser encaminhados para o Agente Fiduciário em até 3 (três) dias úteis após a referida publicação. A Emissora poderá alterar o jornal acima por outro jornal de grande circulação que seja adotado para suas publicações societárias, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, no jornal a ser substituído, nos termos do parágrafo 3º, do artigo 289, da Lei das Sociedades por Ações, devendo os Debenturistas verificar com a Emissora sobre a eventual alteração do jornal de publicação.

#### **4.18 Direito ao Recebimento dos Pagamentos**

4.18.1 Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão aqueles que forem Debenturistas no encerramento do dia útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.

#### **4.19 Repactuação**

4.19.1 As Debêntures desta Emissão não estarão sujeitas à repactuação programada.

#### **4.20 Aquisição Facultativa**

4.20.1 Não será admitida a aquisição ou recompra das Debêntures pela Emissora.

#### **4.21 Resgate Antecipado**

4.21.1 As Debêntures não estarão sujeitas à oferta de resgate antecipado ou ao resgate antecipado facultativo pela Emissora, seja ele total ou parcial.

#### **4.22 Amortização Extraordinária**

4.22.1 As Debêntures não estarão sujeitas à amortização extraordinária pela Emissora.

#### **4.23 Prorrogação de Prazos**

4.23.1 Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da Emissão até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, quando a data de tais pagamentos coincidir com dia em que não haja expediente bancário nas Cidades de São Paulo, Estado de São Paulo, de Campinas, Estado de São Paulo e do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, ressalvados os casos em que os pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

### **CLÁUSULA 5. VENCIMENTO ANTECIPADO**

#### **5.1 Eventos de Inadimplemento**

5.1.1 Observado o disposto nas Cláusulas 5.1.2 a 5.1.7, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações da Emissora relativas às Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo devedor do Valor Nominal Unitário Atualizado de todas as séries, acrescido dos Juros Remuneratórios da respectiva série, calculado *pro rata temporis* a partir da Data de Emissão, Data de Incorporação ou Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior da respectiva série, e demais encargos, independentemente de aviso, interpelação ou notificação, na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos ("Evento de Inadimplemento"), desde que não seja sanado dentro dos prazos aplicáveis previstos nas alíneas a seguir, conforme aplicável:



- 2008 24  
28 01 14
- (i) não pagamento, pela Emissora, nas datas de vencimento aqui previstas, do Valor Nominal Unitário Atualizado, dos Juros Remuneratórios de qualquer uma das séries ou de quaisquer outras obrigações pecuniárias devidas aos Debenturistas, sem que tal descumprimento seja sanado pela Emissora no prazo de 3 (três) dias úteis;
  - (ii) descumprimento (a) pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão, não sanada em 5 (cinco) dias úteis contados da notificação do Agente Fiduciário neste sentido; ou (b) pela Emissora e/ou pelas Acionistas, de quaisquer obrigações assumidas nos Contratos de Garantia, Contrato de Suporte e demais documentos da Oferta Restrita dos quais fazem parte, observados os prazos de cura referidos em tais instrumentos;
  - (iii) extinção, encerramento das atividades, liquidação, dissolução, insolvência, requerimento de aut falência e pedido de recuperação judicial ou extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, formulado pela Emissora ou qualquer das Intervenientes, ou a decretação de falência ou insolvência civil da Emissora ou qualquer das Intervenientes, bem como estarem essas pessoas sujeitas a qualquer forma de concurso de credores ou, ainda, o requerimento de falência formulado por terceiros que não tenha sido elidido no prazo legal;
  - (iv) extinção da concessão objeto do Contrato de Concessão;
  - (v) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas, em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora nesta Escritura de Emissão, nos Contratos de Garantia, no Contrato de Suporte e no Contrato de Distribuição nas datas em que foram prestadas, conforme o caso;
  - (vi) redução de capital social da Emissora, independentemente de distribuição de recursos às suas acionistas diretas ou indiretas, sem a prévia aprovação dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas realizada nos termos da Cláusula 9.1.1 e seguintes desta Escritura de Emissão, exceto se de acordo com esta Escritura de Emissão ou conforme permitido pelo Contrato de Concessão;
  - (vii) não celebração até o dia 31 de dezembro de 2014, e uma vez celebrados, caso ocorra o vencimento antecipado, observados os prazos de cura previstos nos respectivos documentos, (a) do contrato de financiamento direto a ser celebrado com o BNDES, na modalidade FINEM com o objetivo de financiar a realização das obras do Projeto ("Contrato Direto FINEM"); e (b) do contrato de repasse de recursos do FINEM, a ser celebrado com

instituições repassadoras com o objetivo de financiar a realização das obras do Projeto ("Contrato Repasse FINEM" e, em conjunto com o Contrato Direto FINEM, os "Contratos de Financiamento do Projeto");

- (viii) vencimento antecipado de qualquer financiamento ou empréstimo tomado pela Emissora junto a quaisquer instituições financeiras, em valor superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), valor este a ser devidamente corrigido pelo IPCA desde a Data de Emissão até o respectivo vencimento;
- (ix) protesto legítimo de títulos contra a Emissora em montante individual ou agregado superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), valor este a ser devidamente corrigido pelo IPCA desde a Data de Emissão até o respectivo protesto(s), salvo se for validamente comprovado pela Emissora que (a) o protesto foi efetuado por erro ou má fé de terceiros, desde que tal erro ou má fé tenha sido comprovado pela Emissora ao Agente Fiduciário dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da data do respectivo evento, (b) o protesto foi cancelado no prazo legal, ou ainda (c) foram prestadas garantias em juízo e aceitas pelo Poder Judiciário;
- (x) a Emissora deixar de ter suas demonstrações financeiras auditadas por auditor independente registrado na CVM;
- (xi) a Emissora efetuar outros investimentos que não os relacionados à Concessão, ressalvados os investimentos autorizados pela Escritura de Emissão, bem como os investimentos visando a obtenção, pela Emissora, de "Receitas Tarifárias" e "Receitas Não Tarifárias", conforme definido e permitido no Contrato de Concessão;
- (xii) não comprovação da constituição das Garantias Reais e da celebração do Contrato de Suporte, bem como dos competentes registros em cartório, até o dia 31 de dezembro de 2014;
- (xiii) se as Garantias tomaram-se ineficazes, inexequíveis, inválidas ou insuficientes para assegurar o pagamento da importância e não forem substituídas ou complementadas quando solicitado pelos titulares das Debêntures reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas conforme previsto na Cláusula 9.1.1 e seguintes desta Escritura de Emissão, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento pela Emissora de notificação por escrito, neste sentido, enviada pelo Agente Fiduciário;
- (xiv) não cumprimento, pela Emissora, da obrigação de aditar a presente Escritura de Emissão para formalizar a convolação da espécie das Debêntures de quirografárias, com garantia adicional fidejussória, para com garantia real;

- ATA DA REUNIÃO  
28.01.14
- (xv) não cumprimento, pela Emissora, da obrigação de, em virtude da Fiança prestada pelas Fiadoras em benefício dos Debenturistas, registrar a presente Escritura de Emissão no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos da sede da Emissora, do Agente Fiduciário e das Intervenientes, conforme determina Cláusula 4.12.10 acima;
  - (xvi) a ocorrência de um Impacto Adverso Relevante, definido como alteração material que comprovada e negativamente afete (a) a Concessão, os negócios, as operações, as propriedades ou os resultados da Emissora, (b) a validade ou exequibilidade das disposições desta Escritura de Emissão dos documentos relacionados às Debêntures, inclusive os Contratos de Garantia e o Contrato de Suporte; ou (c) na capacidade da Emissora em cumprir suas obrigações financeiras ou de implantação do Projeto aqui previstas ("Impacto Adverso Relevante");
  - (xvii) ausência de registro dos Contratos de Garantia e do Contrato de Suporte nos cartórios competentes da praça da sede da Emissora nos prazos a serem estabelecidos nos próprios Contratos de Garantia e Contrato de Suporte;
  - (xviii) ausência de averbação do penhor das ações objeto do Contrato de Penhor de Ações da Emissora, do Contrato de Penhor de Ações da Aeroportos Brasil e do Contrato de Penhor de Ações da Viracopos Estacionamentos nos respectivos livros de registro de ações nominativas da Emissora, da Aeroportos Brasil e da Viracopos Estacionamentos, em até 3 (três) dias úteis da data da assinatura dos referidos contratos;
  - (xix) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, sem prévia autorização dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas conforme previsto na Cláusula 9.1.1 e seguintes desta Escritura de Emissão;
  - (xx) constituição de quaisquer garantias reais, ônus em favor de terceiros, ou, ainda, garantias fidejussórias, a qualquer tempo, sobre quaisquer ativos, em valor acumulado superior a R\$35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), valor este a ser devidamente corrigido pelo IPCA desde a Data de Emissão até a data de constituição do respectivo ônus, salvo (a) mediante autorização prévia, expressa e por escrito dos Debenturistas obtida nos termos da Cláusula 9.5.1 abaixo; (b) conforme permitido por esta Escritura de Emissão, inclusive com relação à celebração dos Contratos de Garantia; e (c) para fins de constituição de garantias exigidas pelos credores dos Contratos de Financiamento do Projeto, desde que sejam compartilhadas com os Debenturistas;



- (xxi) a existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos, pela Emissora, que importem em infringência à legislação que trata do combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil ou trabalho escravo ou à legislação socioambiental, em especial, mas não se limitando, à legislação e regulamentação relacionadas à saúde e segurança ocupacional e ao crime contra o meio ambiente;
- (xxii) aplicação dos recursos oriundos da Emissão em destinação diversa da descrita na Cláusula 3.2 desta Escritura de Emissão;
- (xxiii) alteração do objeto social da Emissora, de forma que a atividade principal da Emissora deixe de ser a exploração do Aeroporto Internacional de Viracopos;
- (xxiv) alteração, alienação ou transferência do controle acionário direto ou indireto da Emissora sem prévia autorização dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas conforme previsto na Cláusula 9.1.1 e seguintes desta Escritura de Emissão, salvo se realizada dentro do mesmo grupo econômico da Emissora;
- (xxv) cisão, fusão ou incorporação, inclusive incorporação de ações, da Emissora ou, ainda, qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, sem a prévia autorização dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas conforme previsto na Cláusula 9.1.1 e seguintes desta Escritura de Emissão;
- (xxvi) a transformação da Emissora em outro tipo societário;
- (xxvii) não cumprimento de qualquer ordem de execução por quantia certa oriunda de decisão administrativa, judicial ou arbitral definitiva, de natureza condenatória, contra a Emissora, por valor individual ou agregado que ultrapasse R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas);

5.1.2 A ocorrência de qualquer dos eventos acima descritos deverá ser prontamente comunicada ao Agente Fiduciário, pela Emissora, em até 5 (cinco) dias úteis. O descumprimento desse dever pela Emissora não impedirá o Agente Fiduciário ou os Debenturistas de, a seu critério, exercer seus poderes, faculdades e pretensões previstos nesta Escritura de Emissão e nos demais documentos da Emissão, inclusive o de declarar o vencimento antecipado na data da ciência.



- 5.1.3 A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento indicados nas alíneas (i), (iii), (iv) e (vii) da Cláusula 5.1.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das obrigações decorrentes das Debêntures, sendo que o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido, independentemente de convocação de Assembleia Geral de Debenturistas ou de qualquer forma de notificação à Emissora.
- 5.1.4 Na ocorrência de quaisquer dos demais Eventos de Inadimplemento (que não sejam aqueles indicados na Cláusula 5.1.3 acima), o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data em que tomar conhecimento do evento, uma Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a eventual declaração do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.
- 5.1.5 Na Assembleia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula 5.1.4 acima, que será instalada de acordo com os procedimentos e quórum previstos na Cláusula 9.1.1 e seguintes desta Escritura de Emissão, os Debenturistas poderão optar, por deliberação de titulares das Debêntures que representem mais de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido na Cláusula 9.3.2 abaixo) em primeira convocação, ou mais de 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em Circulação quando em segunda convocação, por declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, sendo que, nesse caso, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado de todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão.
- 5.1.6 Na hipótese: (i) de não instalação, em segunda convocação, da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula 5.1.4 acima por falta de quórum; ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista na Cláusula 5.1.5 acima por deliberação de titulares das Debêntures que representem mais de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação em primeira convocação, ou mais de 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em Circulação quando em segunda convocação; ou (iii) em caso de suspensão dos trabalhos para deliberação em data posterior, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.



- 5.1.7 Em caso de declaração do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, a Emissora obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com o seu consequente cancelamento, obrigando-se a efetuar o pagamento de cada uma das séries do saldo devedor do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures em Circulação, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, Data de Incorporação ou a data de pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, em até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento, pela Emissora, de comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora por meio de carta protocolada ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio no endereço constante da Cláusula 10.6.1 desta Escritura de Emissão, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.
- 5.1.8 Não configurará Evento de Inadimplemento ou de necessidade de anuência prévia, seja pelo Agente Fiduciário, seja pela Assembleia Geral de Debenturistas, qualquer alteração no fluxo de pagamentos da Emissora ao BNDES e às instituições repassadoras em decorrência de eventual reescalonamento, incluindo, mas não se limitando, a prorrogação de carência e/ou de pagamento de principal da dívida assumida pela Emissora perante o BNDES e as instituições repassadoras, bem como alteração da composição da Conta Reserva, conforme definida no Anexo I a esta Escritura de Emissão e nos termos dos Contratos de Financiamento do Projeto, desde que permaneçam inalterados os termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, incluídos os pagamentos de amortização e remuneração das Debêntures.
- 5.1.9 O Evento de Inadimplemento previsto na alínea(vi) da Cláusula 5.1.1 acima(redução de capital social) será aplicável às Fiadoras enquanto a Fiança for válida e eficaz.

## CLÁUSULA 6. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

### 6.1 Descrição das Obrigações Adicionais da Emissora

- 6.1.1 Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, até o integral pagamento das Debêntures, a Emissora obriga-se a cumprir, conforme aplicável, as disposições abaixo:
- (i) não distribuir dividendos e/ou juros sobre capital próprio sem a prévia aprovação dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas realizada nos termos da Cláusula 9.1.1 e seguintes desta Escritura de Emissão, ficando ressalvadas a possibilidade de: (i) distribuição



2014

e o pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios e (ii) distribuição de dividendos desde que a Emissora esteja adimplente com o ICSD e o Índice de Capitalização, conforme definidos nos Anexos III e IV;

- (ii) não conceder preferência a outros créditos, não fazer amortização de ações, não emitir debêntures, partes beneficiárias ou qualquer outro valor mobiliário, nem assumir novas dívidas sem a anuência prévia dos Debenturistas, ressalvadas as seguintes hipóteses: (a) dívidas mencionadas nas alíneas (iii) e (iv) desta Cláusula e (b) dívidas de longo prazo cuja contratação seja realizada exclusivamente para fins de permitir que a Emissora realize novos investimentos na Concessão em conformidade com o Contrato de Concessão, desde que esteja cumprindo com o Índice de Capitalização e que a assunção de tal endividamento seja aprovada pelo BNDES, no âmbito do Contrato Direto FINEM. Para fins de cálculo do Índice de Capitalização a Emissora deverá enviar ao Agente Fiduciário relatório consolidado da memória de cálculo, explicitando as rubricas necessárias para que o Agente Fiduciário possa confirmar a apuração do Índice de Capitalização, devidamente calculado pela Emissora e/ou por seu auditor independente, conforme aplicável, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;
- (iii) não contratar novos endividamentos com terceiros sem a prévia aprovação dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas realizada nos termos da Cláusula 9.1.1 e seguintes desta Escritura de Emissão, em valor superior a R\$35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), individualmente ou em conjunto, valor este a ser devidamente corrigido pelo IPCA desde a Data de Emissão, com exceção da celebração dos Contratos de Financiamento do Projeto;
- (iv) com exceção ao que estabelece o Contrato de Suporte, não firmar contratos de mútuo com seus acionistas, diretos ou indiretos, e/ou com pessoas físicas ou jurídicas componentes do grupo econômico a que pertença a Emissora, à exceção daqueles já existentes, os quais deverão ser totalmente quitados em até 3 (três) dias úteis da data da primeira liberação do crédito decorrente dos Contratos de Financiamento do Projeto;
- (v) manter as Debêntures com o mesmo grau de senioridade dos Contratos de Financiamento do Projeto;
- (vi) manter todos os seus ativos relevantes em boas condições e aptos para o uso a que se destinam até o término de sua vida útil;

- 30527  
28.01.14
- (vii) permitir inspeção das obras do Projeto por parte de representantes do Agente Fiduciário, observados os procedimentos e os prazos a serem definidos de comum acordo entre a Emissora e o Agente Fiduciário;
  - (viii) apresentar ao Agente Fiduciário: (a) até 31 de maio de cada ano, cópia das demonstrações financeiras completas e devidamente auditadas por empresa de auditoria reconhecida e cadastrada na CVM, relativas ao exercício social do ano anterior, preparadas de acordo com os princípios contábeis aceitos no Brasil, acompanhadas do relatório da administração, do parecer dos auditores independentes e memória de cálculo explicitando as rubricas necessárias para que o Agente Fiduciário possa confirmar a apuração dos Índices Financeiros (conforme definidos nos Anexos III e IV) devidamente calculados pela Emissora e/ou por seu auditor independente, conforme aplicável, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários; (b) eventualmente, demonstrações financeiras da Emissora consolidadas trimestrais (revisadas por empresa independente e registrada na CVM) e semestrais (revisadas por empresa independente e registrada na CVM), sempre que o Agente Fiduciário solicitar ou sempre antes da data esperada para a realização de distribuição de dividendos da Emissora mencionada no item (i) desta Cláusula 6.1, acompanhadas de relatório consolidado da memória de cálculo, explicitando as rubricas necessárias para que o Agente Fiduciário possa confirmar a apuração dos ICSD e Índice de Capitalização feita pela Emissora;
  - (ix) na mesma data de apresentação das demonstrações financeiras completas devidamente auditada da Emissora, apresentar ao Agente Fiduciário declaração de representante legal da Emissora, com poderes para tanto, atestando o cumprimento das obrigações constantes nesta Escritura de Emissão e a não ocorrência de quaisquer das hipóteses de Evento de Inadimplemento;
  - (x) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação e regulamentação em vigor, em especial pelo artigo 17 da Instrução CVM 476;
  - (xi) manter vigentes as apólices de seguro de forma compatível com os padrões exigidos pelo Contrato de Concessão, para a cobertura do Projeto;
  - (xii) manter-se adimplente com relação a todos os Contratos do Projeto, bem como com relação a todos os tributos, taxas e/ou contribuições decorrentes do desenvolvimento da Concessão, observados os prazos de cura aplicáveis,



salvo se o respectivo descumprimento não gerar um Impacto Adverso Relevante;

- (xiii) encaminhar, tão logo seja possível, quaisquer notificações de órgãos públicos referentes a aspectos que impliquem em um Impacto Adverso Relevante na Concessão em, no máximo, 5 (cinco) dias úteis após o recebimento, e as respectivas respostas, em 5 (cinco) dias úteis do encaminhamento;
- (xiv) enviar ao Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) dias úteis da data dos respectivos registros e averbações:
  - a. os Contratos de Garantia devidamente formalizados e registrados, nos termos da Cláusula 4.12.1 acima;
  - b. cópia autenticada dos livros de registro de ações nominativas da Emissora, da Aeroportos Brasil e da Viracopos Estacionamentos comprovando a constituição do penhor das respectivas ações, conforme Cláusula 4.12.1 acima;
  - c. o Contrato de Compartilhamento de Garantias, devidamente formalizado e registrado, a ser celebrado entre o Agente Fiduciário, o BNDES, as instituições repassadoras e a Emissora, conforme Cláusula 4.12.15 acima;
  - d. o Contrato de Suporte, devidamente formalizado e registrado, nos termos da Cláusula 4.12.12 acima; e
  - e. 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão e eventuais aditamentos, devidamente registrada(os) na JUCESP;
- (xv) notificar o Agente Fiduciário, em até 3 (três) dias úteis contados da data de sua ocorrência, sobre qualquer alteração nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora, bem como quaisquer eventos ou situações que: (i) possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar de forma justificada o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures; ou (ii) faça com que as demonstrações financeiras da Emissora não mais reflitam a real condição financeira da Emissora;
- (xvi) informar ao Agente Fiduciário, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do respectivo recebimento, sobre quaisquer autuações pelos órgãos governamentais, de caráter fiscal, ambiental ou de defesa da concorrência, entre outros, em relação à Emissora, impondo sanções ou penalidades;

- (xvii) fazer com que o Agente Fiduciário receba, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, cópia de qualquer notificação de inadimplemento dos Contratos de Financiamento do Projeto, Escritura de Emissão, Contratos de Garantia, Contrato de Suporte, Contrato de Compartilhamento e demais instrumentos relacionados no âmbito desta Emissão ("Contratos do Projeto");
- (xviii) fazer com que o Agente Fiduciário receba cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora, relacionada a um Evento de Inadimplemento, em prazo não superior a 1 (um) dia útil após o seu recebimento;
- (xix) solicitar aprovação pelos Debenturistas, nos termos da Cláusula 9.5.1 abaixo, para rescisão dos Contratos do Projeto;
- (xx) encaminhar para o Agente Fiduciário, sempre que solicitado, em prazo razoável, cópia de todos os documentos relevantes por eles solicitados em relação à presente Emissão ou à Concessão, inclusive relatórios de progresso do Projeto, certificados e medições relativas ao Contrato de EPC;
- (xxi) na hipótese da legalidade ou exequibilidade de qualquer das disposições relevantes dos Contratos do Projeto ser questionada judicialmente por qualquer pessoa, e tal questionamento judicial possa provocar um Impacto Adverso Relevante, a Emissora deverá informar tal acontecimento ao Agente Fiduciário em até 15 (quinze) dias úteis contados da sua ocorrência;
- (xxii) informar ao Agente Fiduciário, dentro de 45 (quarenta e cinco) dias a contar do encerramento de cada trimestre, qualquer alteração da composição societária das Acionistas Diretas da qual tiver ciência;
- (xxiii) informar e enviar ao Agente Fiduciário todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual do Agente Fiduciário, inclusive organograma societário da Emissora, conforme previsto na Instrução nº 28 editada pela CVM em 23 de novembro de 1983 ("Instrução CVM 28"), que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, em até 45 (quarenta e cinco) dias contados da solicitação pelo Agente Fiduciário. O referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas, e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social;
- (xxiv) atender integralmente as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, quais sejam: (a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com a regulamentação da CVM; (b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por

auditor registrado na CVM; (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social; (d) manter os documentos mencionados na alínea (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos; (e) observar as disposições da Instrução da CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação; (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando em até 1 (um) dia útil ao intermediário líder da Oferta Restrita e o Agente Fiduciário; e (g) fornecer as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP;

- (xxv) enviar à CETIP: (a) as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas nas letras (c) e (e) da alínea (xvi) acima; e (b) documentos e informações exigidos por esta entidade no prazo de até 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento de notificação nesse sentido;
- (xxvi) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (xxvii) cumprir todas as determinações da CVM, com o envio de documentos e, ainda, prestando as informações que lhe forem solicitadas;
- (xxviii) atender de forma adequada os Debenturistas, para assegurar-lhes tratamento eficiente na forma da lei;
- (xxix) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas na CETIP;
- (xxx) arcar com todos os custos decorrentes (a) da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP, (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura de Emissão, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora, e (c) das despesas e remuneração com a contratação de Agente Fiduciário e Banco Liquidante;
- (xxxi) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (xxxii) contratar e manter contratados, às suas expensas, o Banco Liquidante e Escriturador Mandatário, a CETIP, o Agente Fiduciário e outros prestadores

de serviços que se façam necessários, bem como a tomar todas e quaisquer providências para a manutenção das Debêntures;

(xxxiii) manter o Projeto enquadrado nos termos da Lei 12.431 durante a vigência das Debêntures e comunicar o Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) dias úteis, sobre o recebimento de quaisquer comunicações por escrito ou intimações acerca da instauração de qualquer processo administrativo ou judicial neste sentido;

(xxxiv) cumprir e se manter em conformidade com todas as obrigações socioambientais a que está sujeita por força da legislação socioambiental vigente e, a critério razoável dos Debenturistas, com os padrões definidos pelos Princípios do Equador, disponíveis no site [www.equator-principles.com/documents/Equator\\_Principles.pdf](http://www.equator-principles.com/documents/Equator_Principles.pdf), cujos parâmetros são também definidos pelos Padrões de Desempenho e pelas diretrizes de Meio Ambiente, Saúde e Segurança disponíveis no site <http://www.ifc.org/ifcext/sustainability.nsf/Content/EnvSocStandards>;

(xxxv) adotar, conforme a legislação brasileira, medidas e ações destinadas a evitar, mitigar ou corrigir danos socioambientais, à segurança e medicina do trabalho que possam vir a ser causados pela ampliação, manutenção e exploração da Concessão;

(xxxvi) cumprir as condicionantes ambientais constantes das licenças ambientais da Concessão em situação regular, e suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente;

(xxxvii) obter e manter em vigor, até a liquidação de todas as obrigações desta Escritura de Emissão, todas as autorizações suficientes para a plena implantação e operação da Concessão;

(xxxviii) notificar em até 5 (cinco) dias úteis o Agente Fiduciário caso seja verificado que quaisquer das declarações prestadas na presente Escritura de Emissão seja total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas, nas datas em que foram prestadas;

(xxxix) guardar, pelo prazo de 5 (cinco) anos contados da data de liquidação financeira da Emissão, toda a documentação relativa à Oferta Restrita e apresentá-la ao Coordenador ou à autoridade demandante no prazo de até 5 (cinco) dias úteis ou em tempo hábil suficiente para o cumprimento de prazo estipulado por ordem judicial, administrativa ou arbitral, sempre que assim solicitado;



- (xl) disponibilizar ao Agente Fiduciário atas de assembleias gerais da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos Debenturistas, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados da data em que forem (ou deveriam ter sido) publicadas;
- (xli) contratar, para o início da Oferta Restrita, às suas expensas, pelo menos uma agência de classificação de risco entre Standard & Poor's ou a Fitch ou a Moody's para realizar a classificação de risco (rating) das Debêntures, devendo, ainda, com relação a pelo menos uma agência de classificação de risco, (a) atualizar anualmente, até a Data de Vencimento o relatório da classificação de risco elaborado, (b) divulgar ou permitir que a agência de classificação de risco divulgue amplamente ao mercado os relatórios com as súmulas das classificações de risco, (c) entregar ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco preparados pela agência de classificação de risco no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de seu recebimento pela Emissora e (d) comunicar em até 5 (cinco) dias úteis ao Agente Fiduciário qualquer alteração e o início de qualquer processo de revisão da classificação de risco, observado que, caso a agência de classificação de risco contratada cesse suas atividades no Brasil ou, por qualquer motivo, esteja ou seja impedida de emitir a classificação de risco das Debêntures, a Emissora deverá, a seu exclusivo critério, (i) contratar outra agência de classificação de risco sem necessidade de aprovação dos Debenturistas, bastando notificar o Agente Fiduciário, desde que tal agência de classificação de risco seja a Standard & Poor's ou a Fitch ou a Moody's ou (ii) notificar o Agente Fiduciário e convocar assembleia geral de Debenturistas para que estes definam a agência de classificação de risco substituta; e
- (xlii) cumprir com todas as obrigações a ela impostas pela Lei 12.431 e pela Portaria SAC nº 18 da Secretaria da Aviação Civil, de 23 de janeiro de 2012.

## CLÁUSULA 7. DECLARAÇÕES E GARANTIAS

### 7.1 Declarações e Garantias da Emissora

#### 7.1.1 A Emissora, nesta data, declara e garante que:

- (i) é sociedades por ações validamente constituída, em conformidade com a legislação brasileira, e possui plena capacidade para o desenvolvimento de seu objeto social e para exercer os direitos e assumir as obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão;

- (ii) a totalidade de seu capital social pertence às acionistas diretas da Emissora e referidas ações não estão sujeitas a qualquer gravame, excetuados aqueles constituídos no âmbito do "Contrato de Prestação de Fiança e Outras Avenças", celebrado em 30 de abril de 2013 entre a Emissora, a Viracopos Estacionamentos, o Banco do Brasil S.A., o Banco Bradesco S.A., o Banco Bradesco BBI S.A., o Banco Itaú BBA S.A., o Banco Pine S.A., o Banco Santander (Brasil) S.A., o ING Bank N.V., Filial São Paulo e o BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A., por meio dos penhores de ações de emissão da Emissora, das acionistas diretas e da Viracopos Estacionamentos, que serão liberados quando da celebração dos Contratos de Financiamento do Projeto;
- (iii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão, os Contratos de Garantia e o Contrato de Suporte e cumprir as obrigações previstas neste documento, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários e obtidas todas as autorizações necessárias para tanto;
- (iv) as ações a serem empenhadas e os direitos creditórios cedidos fiduciariamente nos termos da Cláusula 4.12.1 desta Escritura de Emissão existem e estão livres e desembaraçados de qualquer ônus, exceto pelas próprias Garantias Reais a serem constituídas conforme previsão desta Escritura de Emissão e pelo gravame mencionado na alínea (ii) acima;
- (v) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (vi) esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida, vinculante e exigível de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil, e tal obrigação não se encontra subordinada a qualquer outra dívida da Emissora, que não aquelas que gozem de preferência exclusivamente por força de qualquer exigência prevista em lei;
- (vii) a celebração desta Escritura de Emissão não infringe qualquer (a) cláusula de seu estatuto social; (b) disposição legal, ordem, sentença ou decisão administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou qualquer de seus bens ou propriedades; (c) contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte; ou (d) obrigação anteriormente assumida pela Emissora, e nem irão resultar em (1) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos, ou (2) rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos;

- (viii) não omitiu nenhum fato relevante, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em Impacto Adverso Relevante;
- (ix) seu balanço patrimonial e a correspondente demonstração de resultado, apresenta de maneira adequada a situação financeira da Emissora na aludida data e o resultado operacional da Emissora referente ao período encerrado em tal data. Tais informações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, que foram aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos, e, desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, não houve nenhum Impacto Adverso Relevante na situação financeira e no resultado operacional em questão que não tenha sido devidamente sanado pela Emissora, não houve qualquer operação envolvendo a Emissora, fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para a Emissora, não houve qualquer alteração no capital social da Emissora e não houve declaração ou pagamento, pela Emissora, de dividendo ;
- (x) a Emissora não tem conhecimento de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou investigação pendente ou iminente, inclusive sem limitação, de natureza ambiental, envolvendo ou que possa afetar a Emissora perante qualquer tribunal, órgão governamental ou árbitro referentes à Concessão que possam causar um Impacto Adverso Relevante;
- (xi) encontra-se adimplente no cumprimento de todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias, juízos ou tribunais, referentes à Concessão, exceto por aqueles discutidos, de boa-fé, pela Emissora;
- (xii) a Emissora não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário ou conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (xiii) observa a legislação em vigor, em especial a legislação trabalhista, previdenciária e ambiental, de forma que (a) a Emissora não utiliza, direta ou indiretamente, trabalho em condições análogas às de escravo ou trabalho infantil; (b) os trabalhadores da Emissora são devidamente registrados nos termos da legislação em vigor; (c) a Emissora cumpre as obrigações decorrentes dos respectivos contratos de trabalho e da legislação trabalhista e previdenciária em vigor; (d) a Emissora cumpre a legislação aplicável à proteção do meio ambiente, bem como à saúde e segurança públicas; (e) a Emissora detém todas as permissões, licenças, autorizações e aprovações necessárias para o exercício de suas atividades, em conformidade com a



legislação ambiental aplicável; (f) a Emissora possui todos os registros necessários, em conformidade com a legislação civil e ambiental aplicável;

- (xiv) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Emissora de suas obrigações nos termos da presente Escritura de Emissão ou das Debêntures, ou para a realização da Emissão exceto (a) pelo registro das Debêntures junto ao MDA e ao CETIP21, as quais estarão em pleno vigor e efeito na data de liquidação, (b) pelo arquivamento, na JUCESP, e pela publicação, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, das atas dos atos societários da Emissora que aprovaram a Emissão e a Oferta Restrita; (c) pela inscrição desta Escritura de Emissão e de seus aditamentos perante a JUCESP; e (d) celebração e registro, conforme o caso, dos Contratos de Garantia e do Contrato de Suporte, nos termos e prazos previstos nesta Escritura de Emissão;
- (xv) as informações prestadas no âmbito da Oferta Restrita são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes para que os Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures tenham conhecimento da Emissora, suas atividades e sua situação financeira, das responsabilidades da Emissora, além dos riscos a suas atividades e quaisquer outras informações relevantes à tomada de decisões de investimento dos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures, na extensão exigida pela legislação aplicável;
- (xvi) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são materialmente corretos e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora;
- (xvii) cumpre as condicionantes ambientais constantes das licenças ambientais do Projeto e estão em situação regular com suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente; e
- (xviii) o Projeto foi devidamente enquadrado nos termos da Lei 12.431 e considerado como prioritário nos termos da Portaria SAC nº 18 da Secretaria da Aviação Civil, de 16 de janeiro de 2014.

7.1.2 A Emissora e os Intervenientes, conforme o caso, comprometem-se a notificar em até 10 (dez) dias úteis os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso seja verificado quaisquer das declarações prestadas na presente Escritura de Emissão seja total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas, nas datas em que foram prestadas.



## 7.2 Declarações, Garantias e Obrigações das Fiadoras

### 7.2.1 Cada Fiadora, nesta data, declara e garante que:

- (i) é sociedade por ações validamente constituída, em conformidade com a legislação brasileira, e possui plena capacidade para o desenvolvimento de seu objeto social e para exercer os direitos e assumir as obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão;
- (ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e cumprir as obrigações previstas neste documento, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários e obtidas todas as autorizações necessárias para tanto;
- (iii) esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida, vinculante e exigível de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil, e tal obrigação não se encontra subordinada a qualquer outra dívida da Interviente, que não aquelas que gozem de preferência exclusivamente por força de qualquer exigência prevista em lei;
- (iv) a celebração desta Escritura de Emissão não infringe qualquer (a) cláusula de seu estatuto social; (b) disposição legal, ordem, sentença ou decisão administrativa, judicial ou arbitral que afete a Interviente ou qualquer de seus bens ou propriedades; (c) contrato ou instrumento do qual a Interviente seja parte; ou (d) obrigação anteriormente assumida pela Interviente, e nem irão resultar em (1) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos, ou (2) rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos;
- (v) não omitiu nenhum fato relevante, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em Impacto Adverso Relevante; e
- (vi) é legítima proprietária dos direitos dados em garantia nos termos desta Escritura de Emissão, que se encontram livres e desembaraçados de todos e quaisquer ônus ou gravames, encargos ou pendências judiciais ou extrajudiciais de qualquer natureza, não tendo sido dados em garantia, a qualquer título, de qualquer outra dívida assumida previamente à celebração do presente instrumento, excetuados os gravames descritos na alínea (ii) da Cláusula 7.1.1.



## CLÁUSULA 8. AGENTE FIDUCIÁRIO

### 8.1 Do Agente Fiduciário

8.1.1 Nomeação. A Emissora neste ato constitui e nomeia a Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, como Agente Fiduciário dos Debenturistas desta Emissão, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar o debenturista perante a Emissora.

8.1.2 Declaração. O Agente Fiduciário declara, sob as penas da lei:

- (i) não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM 28, para exercer a função que lhe é conferida;
- (ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (iii) conhecer e aceitar integralmente a presente Escritura de Emissão, todas as suas cláusulas e condições;
- (iv) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (v) estar ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM, incluindo a Circular do Banco Central do Brasil nº 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (vi) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitas as autorizações societárias necessários para tanto;
- (vii) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (viii) ser instituição financeira, estando devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (ix) que esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (x) que a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário; e



- (xi) a verificação pelo Agente Fiduciário a respeito da veracidade das declarações e informações prestadas pela Emissora, se deu por meio das informações fornecidas pela Emissora, sendo certo que o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente ou adicional da veracidade das declarações ora apresentadas, com o quê os Debenturistas ao subscreverem ou adquirirem as Debêntures declaram-se cientes e de acordo.

8.1.3 O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento da Quarta Série ou, caso ainda restem obrigações da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão inadimplidas após a Data de Vencimento da Quarta Série, até que todas as obrigações da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão sejam integralmente cumpridas, ou, ainda, até sua efetiva substituição, conforme Cláusula 8.3 abaixo.

## **8.2 Remuneração do Agente Fiduciário**

8.2.1 Será devida, pela Emissora, ao Agente Fiduciário ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, uma remuneração anual equivalente a R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto) dia útil contado da data de celebração desta Escritura de Emissão, e as demais, no mesmo dia dos anos subsequentes.

8.2.2 As parcelas citadas na Cláusula 8.2.1supra serão reajustadas pela variação acumulada do Índice Geral de Preços ao Mercado calculado e divulgado mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M") ou, na falta ou impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário. A remuneração será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

8.2.3 As parcelas citadas na Cláusula 8.2.1acima serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IRPJ (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

- 8.2.4 Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.
- 8.2.5 O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante depósito na conta corrente a ser indicada por esta no momento oportuno, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento.

### 8.3 Substituição

- 8.3.1 Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme previsto na Cláusula 9.1.1 e seguintes) para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação (conforme definido na Cláusula 9.3.2 abaixo), ou pela CVM. Na hipótese de a convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a convocação, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula 8.3.6 abaixo.
- 8.3.2 Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.
- 8.3.3 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário (a) está sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM 28; e (b) e eventuais normas posteriores.
- 8.3.4 A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura de Emissão, que deverá ser arquivado na JUCESP onde será inscrita esta Escritura de Emissão.

- 8.3.5 O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, no caso de agente fiduciário substituto, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição ou até o cumprimento de todas as suas obrigações sob esta Escritura de Emissão e a legislação em vigor.
- 8.3.6 Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função com agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.
- 8.3.7 Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário substituído deverá repassar, se for o caso, a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição, à Emissora, como forma de remuneração pelos serviços a serem prestados pelo agente fiduciário substituto. O valor a ser pago ao agente fiduciário substituto, na hipótese aqui descrita, será atualizado a partir da data do efetivo recebimento da remuneração, pela variação acumulada do IGP-M.
- 8.3.8 O Agente Fiduciário, se substituído nos termos desta Cláusula, sem qualquer custo adicional para a Emissora, deverá colocar à disposição da instituição que vier a substituí-lo, no prazo de 10 (dez) dias úteis antes de sua efetiva substituição, às expensas da Emissora, cópias autenticadas de todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre a Emissão, sobre a Concessão e sobre a Emissora que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pelo Agente Fiduciário ou por qualquer de seus agentes envolvidos, direta ou indiretamente, com a presente Emissão ou que quaisquer das pessoas acima referidas tenham tido acesso por força da execução de suas funções, independentemente do meio em que as mesmas estejam armazenadas ou disponíveis, de forma que a instituição substituta cumpra, sem solução de continuidade, os deveres e as obrigações do Agente Fiduciário substituído, nos termos desta Escritura de Emissão.
- 8.3.9 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.
- 8.4 Deveres**
- 8.4.1 Além de outros previstos em lei ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- PROCESSO  
28.01.14
- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
  - (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
  - (iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados ao exercício de suas funções;
  - (iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
  - (v) promover, nos competentes órgãos, às expensas da Emissora, caso essa não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora;
  - (vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
  - (vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
  - (viii) solicitar, às expensas da Emissora, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e ofícios de registros públicos, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas Trabalhistas, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
  - (ix) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações: (a) eventual omissão, incorreção ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora; (b) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período; (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora; (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado; (e) resgate,



014537  
28/01/14

amortização, e pagamentos realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora; (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio das Debêntures, de acordo com os dados obtidos com os administradores da Emissora; (g) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão; (h) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; (i) pagamentos de Remuneração realizados no período; (j) relação dos bens e valores eventualmente entregues à sua administração; e (l) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões: denominação da companhia ofertante; valor da emissão; quantidade de debêntures emitidas; espécie; prazo de vencimento das debêntures; tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período;

- (x) disponibilizar o relatório de que trata a alínea (ix) acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais: (a) na sede da Emissora; (b) na sede do Agente Fiduciário; (c) na CVM; (d) na CETIP; e (e) no endereço da instituição financeira que atuar como Coordenador na colocação das Debêntures;
- (xi) publicar, nos termos do da Cláusula 4.17 acima e às expensas da Emissora, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere a alínea (ix) acima se encontra à disposição nos locais indicados na alínea anterior;
- (xii) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Emissora, o Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante e a CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os Debenturistas, mediante subscrição e integralização das Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- (xiii) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer à Emissora;



24.05.2014  
29.01.14

- (xiv) consultar os Debenturistas previamente à tomada de qualquer decisão relacionada aos Contratos de Garantia e ao Contrato de Suporte e tomar qualquer decisão no âmbito dos Contratos de Garantia e do Contrato de Suporte de acordo com as orientações expressas e escritas dos Debenturistas;
- (xv) solicitar, quando considerar necessário e às expensas da Emissora, auditoria extraordinária na Emissora, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de justificativa que fundamente a necessidade de realização da referida auditoria;
- (xvi) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 10 (dez) dias, da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, sendo certo que comunicação de igual teor deve ser enviada à Emissora, à CVM e à CETIP;
- (xvii) acompanhar a ocorrência dos Eventos de Inadimplemento e informar imediatamente os Debenturistas da ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento;
- (xviii) disponibilizar aos Debenturistas e aos demais participantes do mercado, o Valor Nominal Unitário a ser calculado pela Emissora, em sua central de atendimento e/ou em seu *website* [www.pentagonotrustee.com.br](http://www.pentagonotrustee.com.br); e
- (xix) convocar, quando necessário, assembleia geral de debenturistas, comparecendo na data da sua efetiva ocorrência para prestar as informações que lhe forem solicitadas.

## 8.5 Despesas

- 8.5.1 A remuneração do Agente Fiduciário não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de agente fiduciário, durante a implantação e vigência do serviço, as quais serão cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em nome da Emissora ou mediante reembolso, após, sempre que possível, prévia aprovação, quais sejam: publicações em geral, notificações, extração de certidões, viagens, alimentação, transportes e estadias, despesas com conferências telefônicas e contatos telefônicos, com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal ao Debenturista.



8.5.2 Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer razoável e comprovadamente para resguardar os interesses do Debenturista, deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora e, posteriormente conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, na condição de representante do Debenturista. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência do Debenturista em ações judiciais serão suportadas pelo Debenturista, podendo o Agente Fiduciário solicitar adiantamento ao Debenturista para cobertura da referida sucumbência arbitrada em juízo, sendo certo que os recursos deverão ser disponibilizados em tempo hábil de modo que não haja qualquer possibilidade de descumprimento de ordem judicial por parte deste Agente Fiduciário.

8.5.3 Sem prejuízo do disposto nas Cláusulas 8.5.1 e 8.5.2 acima, o Agente Fiduciário fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter tais despesas aprovadas previamente e/ou reembolsadas pela Emissora caso tenham sido realizadas em discordância com (i) critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero; ou (ii) a função fiduciária que lhe é inerente.

8.5.4 O ressarcimento a que se refere a Cláusula 8.5.1 acima será efetuado em até 10 (dez) dias corridos contados da entrega à Emissora de cópia dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas e necessárias à proteção dos direitos dos Debenturistas, conforme expressamente disposto nas Cláusulas acima.

## **8.6 Atribuições Específicas**

8.6.1 Observadas as disposições da presente Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses dos Debenturistas e para a realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos e condições desta Escritura de Emissão:

- (i) declarar, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, conforme disposto na Cláusula 5.1 acima;
- (ii) requerer a falência da Emissora;
- (iii) tomar quaisquer providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- (iv) tomar todas as providências necessárias para exercício de seus direitos e obrigações a ele atribuídos no âmbito desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantia e do Contrato de Suporte; e

- (v) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora ou em processo similar aplicável à Emissora.

- 8.6.2 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos subitens (i) a (iii) da Cláusula 8.6.1 acima se, convocada Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em Circulação (conforme definido na Cláusula 9.3.2 a seguir), bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea (iv) da Cláusula 8.6.1 acima.
- 8.6.3 Na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que não presta serviço de agente fiduciário em nenhuma emissão da Emissora.
- 8.6.4 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.
- 8.6.5 Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o mesmo assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.
- 8.6.6 Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturista (conforme definido a seguir).

## CLÁUSULA 9. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

### 9.1 Modo de Deliberação

- 9.1.1 Os Debenturistas de cada uma das séries poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações ("Assembleia Geral de Debenturistas"), a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas, sendo que poderá ser realizada uma Assembleia Geral de Debenturistas comum a todas as séries caso possuam a mesma ordem do dia.

### 9.2 Convocação

- 9.2.1 As Assembleias Gerais de Debenturistas poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definido) de cada série, ou pela CVM.
- 9.2.2 A convocação das Assembleias Gerais de Debenturistas se dará mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos jornais indicados na Cláusula 4.17 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão, devendo ainda ser enviada carta de convocação para a Emissora e para as Acionistas.
- 9.2.3 As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas em prazo mínimo de 15 (quinze) dias corridos, contados da data da primeira publicação da convocação. A Assembleia Geral de Debenturista em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias corridos após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação.
- 9.2.4 Independente das formalidades previstas na legislação aplicável e nesta Escritura de Emissão, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação (conforme abaixo definido) ou os titulares de todas as Debêntures em Circulação de cada série, conforme o caso.
- 9.2.5 As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 9.3.2 abaixo, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

### **9.3 Quórum de Instalação**

- 9.3.1 Nos termos do artigo 71, parágrafo terceiro, da Lei das Sociedades por Ações, as Assembleias Gerais de Debenturistas de cada série se instalarão, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade mais uma, no mínimo, das Debêntures em Circulação da respectiva série, e, em segunda convocação, com qualquer quórum.
- 9.3.2 Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quóruns de instalação e/ou deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas previstos nesta Escritura de Emissão, consideram-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e pelas Acionistas e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), e as de titularidade de sociedades controladoras, sociedades sob controle comum, administradores ou conselheiros da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas, até segundo grau.

### **9.4 Mesa Diretora**

- 9.4.1 A presidência e secretaria das Assembleias Gerais de Debenturistas caberão aos representantes eleitos pelos Debenturistas presentes ou àqueles que forem designados pela CVM.

### **9.5 Quórum de Deliberação**

- 9.5.1 Salvo disposto de outra forma nesta Escritura de Emissão, nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Observado o disposto na Cláusula 9.5.2abaixo, qualquer alteração nas cláusulas ou condições previstas nesta Escritura de Emissão deverá ser aprovada por Debenturistas da respectiva série que representem pelo menos a maioria das Debêntures em Circulação quando em primeira convocação, ou maioria das Debêntures da respectiva série presentes quando em segunda convocação.



9.5.2 Salvo disposto de outra forma nesta Escritura de Emissão: (i) as alterações relativas às características das Debêntures, conforme venham a ser propostas pela Emissora, que impliquem em alteração: (a) da Remuneração, (b) das Datas de Pagamento dos Juros Remuneratórios ou de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão, (c) das Datas de Vencimento e da vigência das Debêntures, (d) dos valores, montantes e datas de amortização do Valor Nominal Unitário, (e) da redação de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento; (f) da alteração dos quóruns de deliberação previstos nesta Escritura de Emissão, (g) das disposições desta Cláusula, (h) das Garantias e do Contrato de Suporte, (i) criação de evento de repactuação, (j) das disposições relativas a resgate antecipado facultativo, amortizações antecipadas facultativas ou oferta facultativa de resgate antecipado, e/ou (l) da espécie das Debêntures; e (ii) eventual Assembleia Geral de Debenturistas convocada pelos Debenturistas com o fim de decidir pela não declaração de vencimento antecipado automático das Debêntures, nos termos da Cláusula 5.1.3 acima, dependerão da aprovação, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas, seja em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

9.5.3 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora e dos Acionistas nas Assembleias Gerais de Debenturistas, sendo certo que os Debenturistas poderão discutir e deliberar sem a presença destes.

9.5.4 O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

9.5.5 Aplica-se às Assembleias Gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a assembleia geral de acionistas.

## **CLÁUSULA 10. DISPOSIÇÕES GERAIS**

### **10.1 Renúncia**

10.1.1 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes desta Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou prerrogativa que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas, em razão de qualquer inadimplemento da Emissora, prejudicará o exercício de tais direitos, faculdades ou prerrogativas, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão, ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.



## **10.2 Custos de Registro**

- 10.2.1 Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantia, do Contrato de Suporte, bem como seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão nos registros competentes serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

## **10.3 Irrevogabilidade**

- 10.3.1 Esta Escritura de Emissão é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores a qualquer título.

## **10.4 Independência das Disposições da Escritura de Emissão**

- 10.4.1 Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

## **10.5 Título Executivo Extrajudicial**

- 10.5.1 Toda e qualquer quantia devida a qualquer das Partes por força desta Escritura de Emissão poderá ser cobrada via processo de execução, visto que as Partes, desde já, reconhecem tratar-se de quantia líquida e certa, atribuindo ao presente a qualidade de título executivo extrajudicial, nos termos e para os efeitos do artigo 585, item II, do Código de Processo Civil.

## **10.6 Comunicações**

- 10.6.1 As comunicações a serem enviadas para a Emissora ou para o Agente Fiduciário nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

### **Para a Emissora:**

Aeroportos Brasil – Viracopos S.A.

Endereço: Rodovia Santos Dumont, km 66, s/n, sala 357

CEP: 13052-901 – Campinas/SP

Tel: (19) 3725-5000

Fax: (19) 3725-5000

At.: Sérgio Moraes e Luciano Theodoro

E-mail: sergio.moraes@viracopos.com, luciano.theodoro@viracopos.com e debentures@viracopos.com

### **Para o Agente Fiduciário:**

Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários



Endereço: Av. Américas, nº 4.200, bloco 04, sala 514 – Barra da Tijuca  
CEP: 22640-102, Rio de Janeiro – RJ

Tel: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira

E-mail: [backoffice@pentagonotruster.com.br](mailto:backoffice@pentagonotruster.com.br)

**Para o TPI:**

TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A.

Endereço: Rua Olimpíadas, nº 205, 14º andar, conjunto 142/143

CEP 04551-000, São Paulo – SP

Tel.: +55 (11) 2169-3999

Fax: +55 (11) 2169-3969

At: Paula Villar

E-mail: [paula.villar@triunfo.com](mailto:paula.villar@triunfo.com)

**Para a UTC:**

UTC Participações S.A.

Endereço: Avenida Alfredo Egídio de Souza Aranha, nº 384, 9º andar,

CEP 04726-170, São Paulo – SP

Tel.: +55 (11) 3124 - 1200

Fax: +55 (11) 3124 - 1292

At: Ricardo Ribeiro Pessoa / Renato Tai

E-mail: [ricardo.pessoa@utc.com.br](mailto:ricardo.pessoa@utc.com.br) / [renato.tai@utc.com.br](mailto:renato.tai@utc.com.br)

**Para a ABSA:**

Aeroportos Brasil S.A.

Endereço: Rodovia Santos Dumont, km 66, s/n, sala 357

CEP: 13052-901 – Campinas/SP

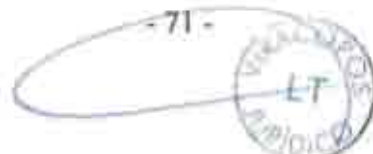
Tel: (19) 3725-5000

Fax: (19) 3725-5000

At.: Sergio Moraes e Luciano Theodoro

E-mail: [sergio.moraes@viracopos.com](mailto:sergio.moraes@viracopos.com), [luciano.theodoro@viracopos.com](mailto:luciano.theodoro@viracopos.com) e [debentures@viracopos.com](mailto:debentures@viracopos.com)

- 10.6.2 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.



10.6.3 A mudança dos endereços acima deverá ser comunicada, de imediato, por cada uma das partes, conforme aplicável.

#### **10.7 Lei Aplicável**

10.7.1 Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

#### **10.8 Eleição de Foro**

10.8.1 Para a solução de todas as controvérsias decorrentes desta Escritura de Emissão, que não possam ser resolvidas amistosamente no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da notificação da parte reclamante à parte reclamada, fica eleito o foro central da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

10.8.2 Os títulos das Cláusulas e itens desta Escritura de Emissão são ilustrativos e para referência e não terão nenhum efeito para a interpretação desta Escritura de Emissão.

E, por estarem assim justas e contratadas, a Emissora e o Agente Fiduciário firmam esta Escritura de Emissão em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com as duas testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Campinas, 21 de janeiro de 2014.

[restante da página deixado intencionalmente em branco]

PÁGINA DE ASSINATURA 1 DE 5 DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIAS REAL, EM QUATRO SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, EM REGIME DE MELHORES ESFORÇOS, DA AEROPORTOS BRASIL - VIRACOPOS S.A.

Pela Emissora:

**AEROPORTOS BRASIL - VIRACOPOS S.A.**

Nome:

RG:

Roberto Figueiredo Guimarães  
Diretor Administrativo Financeiro  
Aeroporos Brasil Viracopos S.A.

Nome:

RG:

LUIZ ALBERTO KÜSTER

CPF 357.613.008-82

2º Cartório de Notas de Campinas - SP

Reconheço por semelhança ao Assinador de: ROBERTO FIGUEIREDO GUIMARAES, LUIZ ALBERTO KUSTER, em documento com valor econômico, e dou fe.

Em testemunho da verdade.

Campinas, 24 de Janeiro de 2014. Valor recebido R\$ 13,60

MARCELO RODRIGO FRANCA - Escrevente público





Pelo Interveniante TPI:

**TPL TRUNFO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.**

Nome: Maria Menezes 4/1/02  
RG: 29 441 2502

Nome: **Carlo Alberto Bottarelli**  
RNE: **W031334-P**  
RG: **CPF: 105.211.770-86**

24 SUBDISTRITO INDIANÓPOLIS

2 Atas: 44-269141

Reconheço, por meio desta, as firmas de: (1) PAULA PAO 0721

VELLAR e (2) CARLO ALBERTO BUTTARELLI, sua valier autêntica,

São Paulo, 21 de janeiro de 2014.

Se testamento da verdade.

DEPEN 141 INDIANÓPOLIS 1941 2:1411 14 1, 064

1049AA269141

TRANSMISSIONS INTERNATIONAL  
INCORPORATED  
P.O. Box 10000, Denver, CO 80201  
EXHIBIT 1000000000

PÁGINA DE ASSINATURA 4 DE 5 DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIAS REAL, EM QUATRO SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, EM REGIME DE MELHORES ESFORÇOS, DA AEROPORTOS BRASIL – VIRACOPOS S.A.

Pelo Interveniente UTC:

UTC PARTICIPAÇÕES S.A.

  
Nome: Ricardo Ribeiro Mendes  
RG: 104444444-4  
Fundador

  
Nome: Francisco Aguiar de Oliveira Rocha  
RG: 104444444-4  
Vice-Presidente



PÁGINA DE ASSINATURA 5 DE 5 DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL, FIDEJUSSÓRIA, A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIAS REAL, EM QUATRO SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, EM REGIME DE MELHORES ESFORÇOS, DA AEROPORTOS BRASIL - VIRACOPOS S.A.

Pelo Interveniante ABSA:

AEROPORTOS BRASIL S.A.

Nome: Roberto Figueiredo Guimarães  
RG: Diretor Administrativo Financeiro  
Aeroporos Brasil Viracopos S.A.

Nome: LUIZ ALBERTO KÜSTER  
RG: CPF 357.613.009-82

Testemunhas:

Nome: Bruno Scalco  
RG: 8.116.503-3

Nome: VICTOR SERRANO PEREIRA  
RG: 35526369-5



*ANEXO DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIAS REAL, EM QUATRO SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, EM REGIME DE MELHORES ESFORÇOS, DA AEROPORTOS BRASIL – VIRACOPOS S.A.*

## **ANEXO I**

### *Contas Vinculadas Cedidas Fiduciariamente*

As seguintes contas são cedidas fiduciariamente observado o disposto do artigo 28 Lei de Concessões:

1 - **CONTAS ARRECADADORAS** - contas correntes de titularidade da Emissora, movimentáveis pelo banco operador conforme a ser definido no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios ("Banco Operador"), nas quais a Emissora recebe os Direitos Cedidos e os valores destinados aos pagamentos a serem indicados no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios ("Taxas"), salvo pelos valores que devem ser depositados exclusivamente na Conta Centralizadora, na Conta Dívida e na Conta Vesa, conforme abaixo definido ("Contas Arrecadoras"),

2 - **CONTA DISTRIBUIDORA** - conta corrente de titularidade da Emissora, movimentada e mantida junto ao Banco Operador, na qual serão depositados diariamente todos os valores (excetuados os valores destinados à conta taxas, conforme a ser definida no Contrato de Cessão Fiduciária) constantes nas Contas Arrecadoras ("Conta Distribuidora").

3 - **CONTA CENTRALIZADORA** - conta corrente de titularidade da Emissora, movimentada e mantida junto ao Banco Operador, na qual serão depositados (i) diariamente, os valores remanescentes na Conta Distribuidora, e (ii) mensalmente, qualquer excedente existente na Conta Taxas.

4 - **CONTA OPERAÇÃO** - conta corrente de titularidade da Emissora, movimentada e mantida junto ao Banco Operador, na qual será transferido da Conta Centralizadora, pelo Banco Operador, ao final de cada dia, o equivalente a 50% (cinquenta por cento) do total dos recursos depositados na Conta Centralizadora ("Conta Operação"). A Conta Operação terá movimentação pela Emissora exclusivamente destinada ao pagamento de custos e despesas operacionais, tributos e quaisquer outros pagamentos necessários à manutenção mínima da operacionalização e continuidade da prestação do serviço público, conforme o artigo 28 da Lei de Concessões.

5 - **CONTA DÍVIDA** - conta corrente de titularidade da Emissora, não movimentável por esta, mantida junto ao Banco Operador, para a qual será transferido (i) da Conta Centralizadora, pelo Banco Operador, ao final de cada dia, o equivalente a 50% (cinquenta por cento) do total dos recursos depositados na Conta Centralizadora, (ii) mensalmente, os saldos remanescentes depositados na Conta Operação, (iii) eventualmente, quaisquer recursos de qualquer forma transferidos da Viracopos Estacionamentos e/ou novas



*ANEXO DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIAS REAL, EM QUATRO SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, EM REGIME DE MELHORES ESFORÇOS, DA AEROPORTOS BRASIL – VIRACOPOS S.A.*

subsidiárias da Emissora para a Emissora, incluindo por meio de mútuos, distribuição de dividendos ou juros sobre capital próprio, (iv) indenizações eventualmente pagas pelo Poder Concedente ou em decorrência de apólices de seguro cedidos nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, e (v) os recursos oriundos de aportes realizados em decorrência do Contrato Direto FINEM e do Contrato Repasse FINEM, conforme a ser definido no Contrato de Cessão Fiduciária ("Conta Dívida").

6 - CONTA PAGAMENTO TJLP - conta corrente de titularidade da Emissora, não movimentável por esta, mantida junto ao Banco Operador, para a qual serão transferidos pelo Banco Operador, mensalmente, os recursos necessários para se compor o saldo mínimo da conta pagamento TJLP a ser definido no Contrato de Cessão Fiduciária ("Conta Pagamento TJLP").

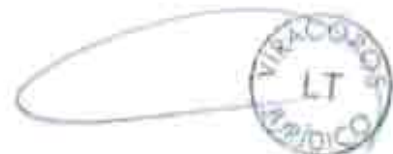
7 - CONTA PAGAMENTO DEBÊNTURES - conta corrente de titularidade da Emissora, não movimentável por esta, mantida junto ao Banco Operador, para a qual serão transferidos pelo Banco Operador, mensalmente, os recursos necessários para se compor o saldo mínimo da conta pagamento debêntures a ser definido no Contrato de Cessão Fiduciária ("Conta Pagamento Debêntures").

8 - CONTA PAGAMENTO IPCA - conta corrente de titularidade da Emissora, não movimentável por esta, mantida junto ao Banco Operador, para a qual serão transferidos pelo Banco Operador, mensalmente, os recursos necessários para se compor o saldo mínimo da conta pagamento IPCA, a ser definido no Contrato de Cessão Fiduciária ("Conta Pagamento IPCA").

9 - CONTA RESERVA TJLP - conta corrente de titularidade da Emissora, não movimentável por esta, mantida junto ao Banco Operador, para a qual será transferido da Conta Dívida, pelo Banco Operador, o valor necessário para compor ou recompor, conforme o caso, o saldo mínimo da Conta Reserva TJLP a ser definido no Contrato de Cessão Fiduciária ("Conta Reserva TJLP").

10 - CONTA RESERVA DEBÊNTURES - conta corrente de titularidade da Emissora, não movimentável por esta, mantida junto ao Banco Operador, para a qual será transferido da Conta Dívida, pelo Banco Operador, o valor necessário para compor ou recompor, conforme o caso, o saldo mínimo da Conta Reserva Debêntures.

11 - CONTA VESA - conta corrente de titularidade da Viracopos Estacionamentos, não movimentável por esta, mantida junto Banco Operador, na qual serão depositados diariamente todas as receitas da Viracopos Estacionamentos.



*ANEXO DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIAS REAL, EM QUATRO SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, EM REGIME DE MELHORES ESFORÇOS, DA AEROPORTOS BRASIL – VIRACÓPOS S.A.*

12 - CONTA SUPORTE - conta corrente de titularidade da ABSA, movimentada e mantida junto Banco Operador, na qual serão depositados os recursos provenientes das obrigações de aporte decorrentes do Contrato de Suporte.



*ANEXO DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIAS REAL, EM QUATRO SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, EM REGIME DE MELHORES ESFORÇOS, DA AEROPORTOS BRASIL – VIRACOPOS S.A.*

## **ANEXO II**

### *Minuta de Aditamento de Convolação*

**[•] ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM QUATRO SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, EM REGIME DE MELHORES ESFORÇOS, DA AEROPORTOS BRASIL – VIRACOPOS S.A.**

Pelo presente instrumento particular, de um lado,

**AEROPORTOS BRASIL – VIRACOPOS S.A.**, sociedade por ações de capital fechado com sede na Rodovia Santos Dumont, na altura do km 66, s/n, sala 356, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o nº 14.522.178/0001-07, neste ato representada na forma do seu estatuto social, por seus representantes legais abaixo assinados (doravante denominada apenas “Emissora”);

de outro lado,

**PENTÁGONO S.A DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4200, Bloco 4, Sala 514, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu estatuto social (doravante denominada apenas “Agente Fiduciário”), aqui agindo na qualidade de representante dos titulares das Debêntures;

e, ainda, como intervenientes anuentes,



*ANEXO DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIAS REAL, EM QUATRO SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, EM REGIME DE MELHORES ESFORÇOS, DA AEROPORTOS BRASIL – VIRACOPOS S.A.*

**TPI – TRIUNFO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.**, sociedade por ações de capital aberto com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Olimpíadas, nº 205, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.014.553/0001-91, neste ato representada na forma do seu estatuto social, por seus representantes legais abaixo assinados (doravante designada simplesmente “TPI”);

**UTC PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações de capital fechado com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Alfredo Egídio de Souza Aranha, nº 384, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.164.892/0001-91, neste ato representada na forma do seu estatuto social, por seus representantes legais abaixo assinados (doravante simplesmente “UTC” e, em conjunto com a TPI, doravante as “Acionistas”);

**AEROPORTOS BRASIL S.A.**, sociedade anônima, com sede em Campinas, Estado de São Paulo, na Rodovia Santos Dumont, km 66, s/n, sala 356, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.522.206/0001-96 (“ABSA” e, em conjunto com as Acionistas, doravante as “Intervenientes”);

Sendo a Emissora, o Agente Fiduciário e as Intervenientes doravante designados em conjunto como “Partes” e, individual e indistintamente, como “Parte”;

vêm, por esta e na melhor forma de direito, celebrar o presente “*Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com garantia adicional fidejussória a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em Quatro Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, em regime de melhores esforços, da Aeroportos Brasil – Viracopos S.A.*” (“Aditamento”), conforme as cláusulas e condições descritas abaixo.

#### CLÁUSULA 1 - DEFINIÇÕES

1.1. Os termos aqui empregados em maiúsculo que não estejam definidos neste Aditamento terão o significado a eles atribuídos no “Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, a Ser Convolada em Espécie com



ANEXO DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIAS REAL, EM QUATRO SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, EM REGIME DE MELHORES ESFORÇOS, DA AEROPORTOS BRASIL – VIRACOPOSS.A.

Garantia Real, em Quatro Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, em Regime de Melhores Esforços, da Aeroportos Brasil – Viracopos S.A.” (“Escritura de Emissão”), exceto se de outra forma definidos no presente Aditamento.

## CLÁUSULA 2 - AUTORIZAÇÃO

2.1. O presente Aditamento é celebrado após a constituição das Garantias Reais e do Contrato de Suporte (conforme definidos na Escritura de Emissão) nos termos da Cláusula 4.12.12 e 4.12.6 da Escritura de Emissão, não sendo necessária a realização de Assembleia Geral de Debenturistas e de assembleia geral extraordinária da Emissora para sua realização. As Garantias Reais foram devidamente aprovadas pelos atos societários das respectivas garantidoras e obtiveram os competentes registros nos cartórios de títulos e documentos das comarcas indicadas em cada um dos instrumentos que formalizam a garantia.

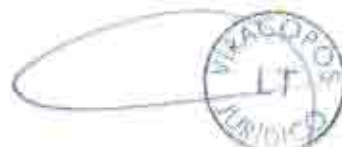
### CLÁUSULA 3 - AVERBAÇÃO DO ADITAMENTO

3.1. Este Aditamento será arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo, conforme disposto no artigo 62 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme atualmente em vigor.

#### CLÁUSULA 4 - ALTERAÇÕES

4.1. O presente Aditamento tem como objetivo alterar a espécie das Debêntures, de espécie quirografária para espécie com garantia real, bem como formalizar a liberação da Fiança.

4.2. Para tanto, resolvem as Partes realizar as seguintes alterações:



ANEXO DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIAS REAL, EM QUATRO SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, EM REGIME DE MELHORES ESFORÇOS, DA AEROPORTOS BRASIL – VIRACOPOS S.A.

4.2.1. Alterar o nome da Escritura de Emissão, que passa a vigorar com a seguinte nova redação:

*"INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM QUATRO SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, EM REGIME DE MELHORES ESFORÇOS, DA AEROPORTOS BRASIL – VIRACOPOS S.A."*

4.2.2. Alterar a cláusula 1.2 da Escritura de Emissão que passa a vigorar com a seguinte nova redação:

*"1.2 Autorização das Garantias concedidas pelas Intervenientes*

*1.2.1. A concessão das garantias previstas nas alíneas (i) e (ii) da Cláusula 4.12.1 a seguir foi realizada com base nas seguintes deliberações dos órgãos societários de cada uma das sociedades que prestam garantias no âmbito desta Emissão e foram registradas nas competentes juntas comerciais e publicadas nos jornais de grande circulação utilizados pelas sociedades que prestam tais garantias:*

- (i) Para a TPI: Reunião do Conselho de Administração da TPI realizada em [●], registrada na JUCESP sob o nº em [●] e publicada no DOESP e no jornal [●] em [●];*
- (ii) Para a UTC: Assembleia Extraordinária de Acionistas da UTC realizada em [●], registrada na JUCESP sob o nº em [●] e publicada no DOESP e no jornal [●] em [●]; e*
- (iii) Para a ABSA: Reunião do Conselho de Administração da TPI realizada em [●], registrada na JUCESP sob o nº em [●] e publicada no DOESP e no jornal [●] em [●]."*



ANEXO DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIAS REAL, EM QUATRO SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, EM REGIME DE MELHORES ESFORÇOS, DA AEROPORTOS BRASIL – VIRACOPOS S.A.

4.2.3. Alterar a cláusula 2.1.1 da Escritura de Emissão que passa a vigorar com a seguinte nova redação:

*"2.1.1 A 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações de emissão da Companhia, da espécie com garantia real, será realizada pela Emissora em 4 (quatro) séries ("Emissão"), todas para a distribuição pública, em regime de melhores esforços de colocação, com esforços restritos de colocação ("Oferta Restrita"), nos termos da Instrução nº 476 editada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") em 16 de janeiro de 2009, conforme atualmente em vigor (a "Instrução CVM476"), tudo com observância dos seguintes requisitos, de acordo com o exigido pelo artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações."*

4.2.4. Alterar a cláusula 4.5.1 da Escritura de Emissão que passa a vigorar com a seguinte nova redação:

*"4.5.1 As Debêntures serão da espécie com garantia real."*

4.2.5. Excluir a cláusula 4.12.2 da Escritura de Emissão.

4.2.5.1 Em decorrência da alteração da Cláusula 4.2.5 acima, a UTC e a TPI ficam desoneradas de toda e qualquer obrigação decorrente da fiança prestada originalmente na Escritura de Emissão.

4.2.6. Excluir as cláusulas 4.12.2 à 4.12.12, 5.1.1 (xiv) e (xv), 5.1.9 da Escritura de Emissão, bem como as referências a tais cláusulas e/ou ao termo Fiança e/ou Fiadoras na Escritura de Emissão.



*ANEXO DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIAS REAL, EM QUATRO SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, EM REGIME DE MELHORES ESFORÇOS, DA AEROPORTOS BRASIL – VIRACOPOS S.A.*

#### **CLÁUSULA 5 - RATIFICAÇÕES**

5.1. Ficam ratificadas, nos termos em que se encontram redigidas, todas as cláusulas, itens, características e condições constantes da Escritura de Emissão e não expressamente alteradas por este Aditamento.

#### **CLÁUSULA 6 - DISPOSIÇÕES GERAIS**

6.1. Este Aditamento é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

6.2. Fica eleito o foro da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer dúvidas oriundas ou fundadas neste Aditamento.

E, por estarem assim justas e contratadas, a Emissora, o Agente Fiduciário e as Intervenientes firmam este Aditamento em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com as duas testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Campinas, [●] de [●] de 2014.

Pela Emissora:

AEROPORTOS BRASIL – VIRACOPOS S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

Pelo Agente Fiduciário:



*ANEXO DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA Nº 1º (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIAS REAL, EM QUATRO SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, EM REGIME DE MELHORES ESFORÇOS, DA AEROPORTOS BRASIL – VIRACOPOS S.A.*

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

\_\_\_\_\_  
Nome:

Cargo:

Pelo Interveniante TPI:

**TPI – TRIUNFO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.**

\_\_\_\_\_  
Nome:

Cargo:

Pelo Interveniante UTC:

**UTC PARTICIPAÇÕES S.A.**

\_\_\_\_\_  
Nome:

Cargo:

Pelo Interveniante ABSA

**AEROPORTOS BRASIL S.A.**

\_\_\_\_\_  
Nome:



ANEXO DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA D.º 1.º (PRIMEIRA)  
EMIÇÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA  
ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, A SER  
CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIAS REAL, EM QUATRO SÉRIES, PARA  
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, EM  
REGIME DE MELHORES ESFORÇOS, DA AEROPORTOS BRASIL – VIRACOPOS S.A.

Cargo:

Testemunhas:

Nome:

RG:

Nome:

RG:



ANEXO DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIAS REAL, EM QUATRO SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, EM REGIME DE MELHORES ESFORÇOS, DA AEROPORTOS BRASIL – VIRACOPOS S.A.

### ANEXO III

#### *Índice de Capitalização*

O Índice de Capitalização (Patrimônio Líquido/Ativo Ajustado) é calculado da seguinte forma:

$$\frac{\text{Patrimônio Líquido} + \text{Outorga do Passivo} - \text{Outorga do Ativo}}{\text{Ativo Ajustado}} \geq 25\%$$

Sendo que:

- Ativo Ajustado = Ativo Total – Outorga do Passivo



ANEXO DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIAS REAL, EM QUATRO SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, EM REGIME DE MELHORES ESFORÇOS, DA AEROPORTOS BRASIL – VIRACOPOS S.A.

#### ANEXO IV

##### Índice de Cobertura do Serviço da Dívida

O Índice de Cobertura do Serviço da Dívida é calculado a partir da divisão da Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida, com base em informações registradas nas Demonstrações Financeiras, em determinado ano "t" de verificação ("ICSD"), a saber:

$$ICSD = \left( \frac{\text{Geração de Caixa}}{SD} \right).$$

Sendo que:

- *Geração de Caixa = EBITDA - IR e CSLL - Outras Receitas e Despesas Operacionais - Pagamento da Outorga Fixa no período "t" +/- Variação de Capital de Giro + Crédito de PIS e COFINS aproveitados;*
- *EBITDA = Resultado Líquido + IR e CSLL + Despesas de Depreciação e Amortização + Despesas Financeiras - Receitas Financeiras +/- Equivalência Patrimonial +/- Ajustes por Impairment, todos relativos ao período "t";*
- *IR e CSLL = Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido no período "t";*
- *Capital de Giro = Passivo Circulante - Ativo Circulante, exceto as seguintes contas:*
  - *Caixa e Equivalentes de Caixa (Ativo Circulante);*
  - *Impostos a Recuperar (Ativo Circulante);*
  - *Partes Relacionadas (Ativo Circulante);*
  - *Empréstimos e Financiamentos (Passivo Circulante);*
  - *Outorga a Pagar (Passivo Circulante);*
  - *Taxas Aeroportuárias (Passivo Circulante);*
  - *Partes Relacionadas (Passivo Circulante);*

*SD = somatório de todos os pagamentos de amortização de principal, de juros e de encargos no período "t" relativos a todos os empréstimos, financiamentos, debêntures e títulos de dívida emitidos.*

